



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90018/2026

Data de Abertura: 15/05/2026 às 09h00
no sítio www.gov.br/compras

Objeto

Aquisição de material gráfico.

Valor estimado

R\$ 512.017,68

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento
NÃO	NÃO SE EXIGE	NÃO	MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 11.890/2024?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO SE APLICA

Modo de Disputa

aberto

Observações Gerais



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90018/2026– ELETRÔNICO
(PROCESSO SEI 0014081-56.2025.6.17.8000)**

A União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, consoante as condições e especificações deste Edital e anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto da presente licitação a aquisição de material gráfico visando atender às demandas das unidades para as eleições de 2026, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO).

1.2 - A licitação será realizada por grupos e por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO), devendo a licitante oferecer proposta para cada um dos itens.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - A despesa decorrente do objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União para o Exercício, na Ação 167661 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco, nas Naturezas de Despesa 3390.30.16 -Material de Consumo / Material de Expediente, 3390.30.44 -Material de Consumo/Material de sinalização visual; e na Ação 167864 - Pleitos Eleitorais, nas Naturezas de Despesa 3390.30.16 -Material de Consumo / Material de Expediente, 3390.30.44 -Material de Consumo / Material de sinalização visual e 3390.30.59 -Material de Consumo / Material para Divulgação.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e cadastradas no sítio www.gov.br/compras.

3.1.1 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.1.2 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2 - Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de licitar ou contratar com o TRE/PE em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.3.1 - O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.2.4 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE/PE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.9 - Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.1 - Consideram-se empresas integrantes do mesmo grupo econômico aqueles que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.4 – Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha a ser implantado, e, ainda, no SICAF, bem como no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

3.5 - A verificação pelo TRE/PE nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para todos os fins no âmbito da presente licitação.

4 - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, inclusive retirar ou substituir, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até o dia 15/05/2026 às 08h59, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total do item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento/prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (ANEXO ÚNICO).

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda corrente, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições especificados no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO).

4.5 – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7 - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

4.7.1 - cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

4.7.2 - suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.7.3 - caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deseja se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006,

4.7.4 - cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, caso esteja organizada em cooperativa.

4.8 - O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pelo TRE/PE, nos termos do art.5º da IN SEGES/ME Nº 116/2021.

4.8.1 - O valor de que trata o subitem anterior será subtraído do preço da proposta final do adjudicatário e recolhido, pelo TRE/PE, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

4.10 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

5 - DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema;

5.3.1 - A sessão pública e os respectivos atos de condução do certame serão realizados de forma ininterrupta durante o expediente do órgão, das 08h00 às 14h00. Excepcionalmente, a sessão poderá ser prorrogada até as 18h00, hipótese em que tal fato será informado no chat, devendo os licitantes manter acompanhamento constante por meio do sistema eletrônico.

5.4 – O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

6.4.1 - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, automaticamente pelo sistema, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 - Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8 - No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

6.9 - Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME n.º 73/2022.

6.9.1 - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.9.3 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

6.9.3.1 - Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o(a) Pregoeiro(a) decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

6.9.3.2 - Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

6.9.3.3 - Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.3 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

7.3.1 - Atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

7.4 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.4.1.2 - não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.5 – Será concedido tratamento favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte às sociedades cooperativas, se for o caso, desde que as receitas brutas dessas sociedades, auferidas no ano-calendário anterior, estejam dentro do valor limite de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 34 da Lei n.º 11.488/2007.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item e por grupo.

8.1.1 – O julgamento será realizado tendo por base a proposta final ajustada, enviada pela empresa licitante nos termos do Edital, independentemente dos dados da proposta inicial cadastrados no sistema.

9 - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O(a) Pregoeiro(a) solicitará à licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance ou preço negociado, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail nulic@trepe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

10.1.2 – O prazo para envio da proposta é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

10.1.4 – A licitante deverá atender às exigências dispostas no Capítulo “Condições da Proposta” do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO) deste Edital.

10.1.5 – O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhes acerca do objeto ofertado.

10.1.5.1 – A possibilidade de solicitação acima não impede que o(a) Pregoeiro(a) obtenha tais informações diretamente na internet e as documente nos autos do processo.

10.1.6 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.1.7.1 - conter vícios insanáveis;

10.1.7.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.1.7.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, tanto para os itens quanto para o grupo;

10.1.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.1.7.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.2 – O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.2.1 – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico demandante do TRE/PE para orientar sua decisão.

10.2.2 – O(a) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão em relação ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2.1 – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a).

10.2.3 - Havendo falhas na proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 – Para fins de verificação da conformidade do produto oferecido com as especificações técnicas definidas no Termo de Referência - Anexo Único, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) apresentar, para os **ITENS 1 A 19 e 21 (Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada)**:

10.3.1 – comprovação da regularidade do fabricante dos produtos junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

10.3.1.1 – Cabe à licitante o ônus de comprovar que o fabricante do produto ofertado atende a exigência de apresentação do CTF;

10.3.1.2 – A exigência do Comprovante de Registro Regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) aplica-se aos fabricantes instalados no Brasil. Em se tratando de produto fabricado em outro país, compete à licitante comprovar a(s) origem(ns) do(s) produto(s).

10.4 - A(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) indicar, para todos os itens, o catálogo/site do fabricante/marca do produto em que conste o objeto com as especificações exigidas, para análise durante o certame pela unidade demandante do TRE/PE.

10.4.1 - A licitante deverá descrever o caminho completo (passo a passo) para se chegar especificamente ao objeto ofertado.

10.4.2 - É imprescindível que a licitante identifique, no site, qual produto está sendo ofertado, com a indicação da sua referência (ou código), ficando estabelecido que na falta da sua referência o produto não será analisado.

10.4.3 – Caso a indicação do site seja insuficiente para a análise, o(a) pregoeiro(a), através de diligência, poderá solicitar as informações complementares a fim de comprovar o atendimento às especificações do Edital.

10.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.5.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

10.5.1.1 - que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.5.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.6 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.7 – Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/2022 da SEGES/ME.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Para habilitação neste pregão eletrônico, serão exigidos da licitante classificada em primeiro lugar, os documentos discriminados neste Capítulo, além da regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I ao VI conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018.

11.2 - Para fins de **habilitação jurídica**, serão exigidos os seguintes documentos:

11.2.1 - No caso de Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.2.4 - No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

11.2.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.2.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.8 - Cooperativa: Estatuto Arquivado no Órgão Competente e Última ata de Eleição dos Administradores, registrada no órgão competente.

11.3 - Os documentos apresentados relativos à habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

11.4 – Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, se for o caso, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.5 - Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos os seguintes documentos:

11.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7 - Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.5.8 - Comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.6 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

11.6.1 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.6.1.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação;

11.6.1.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.6.1.2 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

11.6.2 - OUTROS DOCUMENTOS:

11.6.2.1 - A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

11.6.2.1.1 - Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

11.6.2.1.2 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.7 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, ou que sejam necessários para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.9, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do campo de “diligência” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item acima é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.7.4 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.8 – A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.8.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.8.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sala do(a) Pregoeiro(a) do TRE/PE, situada na Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52.010-904 - Recife – PE, Telefone: (81) 3194-9200, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a).

11.9 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.7, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação para:

11.9.1 - a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

11.9.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.9.3 - a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.10 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.11 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.11.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.11.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.12 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.13 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.13.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.13.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.14.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.15 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios

estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.15.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

11.15.1.1 - identidade dos sócios;

11.15.1.2 - atuação no mesmo ramo de atividades;

11.15.1.3 - data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

11.15.1.4 - compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

11.15.1.5 - identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

11.15.1.6 - identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.15.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.15.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

11.15.3.1 - inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

11.15.3.2 - relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

12 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13 – DOS RECURSOS

13.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ou na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

13.3 - As demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4 - Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do §1º, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.7 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e, exauridos os recursos administrativos quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será realizado mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, agência e banco indicados na proposta, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pelo gestor da contratação, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.1.1 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo de pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.1.2 - A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

15.1.2.1 - No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pelo TRE/PE, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

15.2 - O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do Pregão que originou a presente contratação.

15.2.1 - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da licitante vencedora (matriz/filial) encarregada da contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

15.3 - Antes de cada pagamento à licitante vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a licitante vencedora para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

15.4 - Quando a licitante vencedora for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente à nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da licitante vencedora, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pelas Instruções Normativas SRF n.º 1.540/2015 e nº 1.663/2016, todas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

15.5 - A declaração supramencionada poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pelo TRE/PE conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

15.6 - Alternativamente à declaração citada acima, o TRE/PE poderá verificar a permanência da licitante vencedora no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao Contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a licitante vencedora informar imediatamente à Contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

16 - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

16.1 - Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **licitante vencedora** não tenha concorrido de alguma forma para o fato, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **TRE/PE**, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM	=	Encargos Moratórios.
N	=	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP	=	Valor da parcela a ser paga;
I	=	Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

16.2 - A atualização financeira prevista no item acima será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

17 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

17.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5 - fraudar a licitação;

17.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 - advertência;

17.2.2 - multa;

17.2.3 - impedimento de licitar e contratar; e

17.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

17.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência do Edital (ANEXO ÚNICO).

17.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor total da nota de empenho.

17.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor total da nota de empenho.

17.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10 - No caso de atraso injustificado na execução da contratação, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 30% (trinta por cento), conforme previsto no art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.12 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.13 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.14 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.15 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.16 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como

atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.17 - A personalidade jurídica da licitante vencedora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a licitante vencedora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.18 - O TRE/PE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.19 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.20 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.21 - Os débitos da licitante vencedora para com o TRE/PE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a licitante vencedora possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17.22 - Para fins da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133 de 2021, decorrentes do cometimento das irregularidades ou infrações previstas no seu art. 155, garantidos os princípios constitucionais, em especial, os do contraditório e da ampla defesa, será aplicado o disposto na Instrução Normativa TRE/PE nº 77/2025.

18 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 – As condições da entrega e do recebimento do objeto constam do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO).

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) E DO TRE/PE

19.1 – As obrigações da licitante vencedora e do TRE/PE são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO).

20 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

20.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

20.2 – Compete ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

20.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a) até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

20.4.1 – O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE/PE para os interessados.

21 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1 - É dever da licitante/adjudicatária observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018, Resolução TSE nº 23.650/2021 e Resolução TRE-PE nº 390/2021 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRE/PE, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

21.2 - É vedada à licitante/adjudicatária a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto contratado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.3 - A licitante/adjudicatária deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência da contratação contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

21.4 - Caberá à licitante/adjudicatária implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução da contratação.

21.5 - A licitante/adjudicatária compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

21.6 - A licitante/adjudicatária deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o TRE/PE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

21.7 - A licitante/adjudicatária deverá informar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao TRE/PE, e este deverá informar ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

21.8 - A licitante/adjudicatária é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da licitante/adjudicatária será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

21.9 - A licitante/adjudicatária deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do TRE/PE e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao TRE/PE, que terá o direito de rescindir a contratação sem qualquer ônus, multa ou encargo.

21.10 - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela licitante/adjudicatária enseja a aplicação de sanções e rescisão da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 - É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.3 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

22.4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

22.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

22.6 - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

22.7 - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item 22.9.

22.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

22.9 - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

22.10 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

22.11 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

22.12 - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

22.13 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

22.14 - Consoante o prescrito no art. 2º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução n.º 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente à Contratante.

22.15 - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

22.16 - A existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal/CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos e eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), nos termos do art. 6º da Lei n.º 10.522/2002.

22.17 - Antes de ser formalizada a contratação ou de eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), a Administração verificará a existência de impedimento mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNCAIA e ao Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União/TCU, emitindo as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, em conformidade com o § 4.º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

22.18 - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelos telefones e FAX (81) 3194-9283, 3194-9284 e 3194-9285, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, ou pelos e-mails nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

22.19 - Integra(m) este Edital, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

ANEXO I	- Termo de Referência
ANEXO II	- Modelos

Recife, 28 de abril de 2026.

Danubia Rocha Antunes de Souza
Coordenadoria de Editais e Contratos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO N.º 90018/2026 – ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)


1.1. Descrição Detalhada do Objeto



ITENS AVULSOS									
R\$ 131.389,28 (cento e trinta e um mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos)									
Nº Item	Descrição do Material	Natureza de Despesa	CATMAT	Quant. Ordinário	Quant. Eleição	Quant. Total	Unidade	Preço Unitário Máximo	Valor Total
1	Envelope de proteção para acondicionar com segurança as mídias de resultados das eleições Especificação: ● Envelope de segurança, feito em plástico coextrusado, com duas	ND 30.16 Material de Expediente	480209 Descrição: Envelope plástico aba adesiva, material: polietileno coextrudados em três	48	0	48	milheiro	R\$ 475,01	R\$ 22.800,48

	<p>ou três camadas, impermeável e resistente a rupturas (semelhante ao utilizado para envio de talões de cheque ou cartões bancários).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cor externa: Branco, com impressão personalizada para o fim destinado, em off-set na cor preta. ● Cor interna: Preto; Dimensões internas de 17cm x18cm; <p>OBS 1: Com sistema de fechamento com base adesiva hot-melt(inviolável); O adesivo/fita empregado(a) na aba de fechamento deve oferecer adequada performance quando do fechamento do envelope pelo prazo de 1(um) ano, a contar da data de entrega do material.</p> <p>OBS 2: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada. Cód.16000046.</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo envelope_mídia_modelo_e_texto - modelo layout (Anexo II – item 1)</p> <p>Link para Referência:</p> <p>https://www.nzbembalagens.com.br/envelope-de-seguranca-coextrusado-reciclado-com-lacre-32x40</p>		<p>camadas, largura: 170 mm, comprimento: 180 mm, cor: branco, cor impressão: preto, tipo adesivo: hot-melt de alta aderência, aplicação: envio de mídia</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>						
16	<p>FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA (RJE)</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Papel: AP 75g/m2; ● Dimensões: 29,5cm X 8,5cm; ● Impressão: em preto e branco. 	<p>ND 30.16 Material de Expediente</p>	<p>480666</p> <p>Descrição:</p> <p>Descrição: formulário oficial, tipo documento:requerimento de justificativa eleitoral, tipo papel:sulfite/offset, gramatura: 75 g/m², tamanho:295 x 85 mm, modelo:conforme modelo</p>	0	3.500	3.500	pacote c/ 500	R\$ 21,68	R\$ 75.880,00

	<p>Apresentação: Pacotes com 500 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo - RJE - modelo eleições 2024 (Anexo II – item 16)</p> <p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 500 folhas.</p>		do órgão						
17	<p>Crachá em papel couchê branco</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gramatura 300g/m², com impressão no processo off-set e acabamento em laminação fosca (BOPP) que confere ao produto um toque acetinado. Acompanhado de cordão nacor cinza, com 1(um) metro de comprimento. <p>Medidas:Altura: 13 cm; Largura: 9 cm.</p> <p>Especificações gráficas: Cor de fundo: cinza claro; Brasão da República: de alinhamento centralizado na parte superior, padrão preto e branco;</p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente e de separados por dizeres/"cargos" a quem se destinam.</p> <p>Cód. 16000130</p> <p>Diagramação:</p> <p>Dizeres: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, em caixa alta reduzida (versalete), centralizado abaixo do brasão em fonte Verdana 15 na cor preta, realçado em negrito;</p> <p>02(duas) linhas brancas: ligeiramente ovaladas, delimitando uma área sombreada em cinza escuro, com a primeira cerca de 5,5 cm da parte superior e a segunda cerca de 2,5 cm da parte inferior do</p>	<p>ND 30.44</p> <p>Material de Sinalização e Viusual e Outros</p>	<p>483938</p> <p>Cartão Identificação</p> <p>Material: Papel Couchê Fosco Comprimento: 130 MM Largura: 90 MM Tipo Impressão: 4/0 Cores Gramatura: 115 G/M2 Características Adicionais: Com Furos E Cordão, Conforme Modelo Espessura: 12 MICRA Aplicação: Controle De Acesso</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	32	32	milheiro	R\$ 444,80	R\$ 14.233,60

<p>crachá;</p> <p>Mapa de Pernambuco: centralizado dentro da área mais escura e na cor cinza médio(mais claro que a área em que se encontra e mais escuro que a cor de fundo do crachá);</p> <p>Dizeres (CONFORME ABAIXO DISCRIMINADOS): em caixa alta, de alinhamento centralizado sobre o mapa de Pernambuco em fonte Verdana 21 na cor branca, realçado em negrito;</p> <p>Dizeres: JUSTIÇA ELEITORAL, de alinhamento centralizado na parte inferior em fonte Verdana 19 na cor preta, realçado em negrito;</p> <p>COR: Cinza Claro</p> <p>Anexo - COR Cracha - Cinza Claro - PANTONE Cool Gray 1 C (Anexo II – item 17)</p> <p>COR: Cinza Médio</p> <p>Anexo COR Cracha - Cinza Médio - PANTONE 18-4016 TPG (Anexo II – item 17)</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo Crachás Identificação - modelo eleições 2024 (Anexo II – item 17)</p> <p>OBS 1: A quantidade total será dividida entre os dizeres/"cargos" a quem se destinam. Dizeres e quantitativos estimados para cada um:</p> <ul style="list-style-type: none">• 5.000 unidades – PRESIDENTE DE MESA• 5.000 unidades – 1º MESÁRIO• 6.000 unidades – 2º MESÁRIO• 6.000 unidades – SECRETÁRIO• 6.000 unidades – ADMINISTRADOR DE PRÉDIO								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • 3.000 unidades – MOTORISTA • 1.000 unidades – JUNTA ELEITORAL <p>OBS 2: Quantitativos individuais por dizeres é estimado. Poderá haver redistribuição desses quantitativos.</p> <p>OBS 3: O crachá deverá ter dois orifícios redondos na parte superior, (direita e esquerda), para a passagem do cordão, e deverá ser entregue pronto para uso, (já com o cordão)</p>								
20	<p>Porta diploma - Tipo: PASTA; matéria-prima: couro sintético/recouro (A4)</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Pasta tipo capa para diploma, em couro, 1250g/m2, sobre papelão com espuma, medindo 32,00cm x 46,00cm no formato aberta, com impressão em baixo relevo dos dizeres “Justiça Eleitoral – Pernambuco”. Tipo de fonte para impressão: Arial (negrito) Centralização, vertical conforme modelo (Anexo II – item 20), em 4/4 cores, parte interna em camurça com quatro fitas de cetim. ● Imagem ilustrativa Anexo II – item 20 ● Cor: Azul marinho <p>Imagem de referência</p> 	ND 30.16 Material de Expediente	<p>449334</p> <p>Pasta Eventos Material: Couro Sintético, Altura: 33CM, Características Adicionais: Personalizada, Conforme Modelo, Tipo Impressão: Em Baixo Relevo, Cor: Preta, Largura: 25CM, Aplicação: Eventos/Cursos</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	230	0	230	un	R\$ 48,84	R\$ 11.233,20
21	<p>Envelope para acondicionamento de diplomas (A3)</p> <p>Especificação:</p>	ND 30.16 Material de	<p>470005</p> <p>Envelope</p>	0	150	150	un	R\$ 48,28	R\$ 7.242,00

	<ul style="list-style-type: none">●Envelope de bico, Cor: branco perolizado, papel ASPEN,●Dimensões (envelope fechado):310x430mm (AxL) , Altura do bico arredondado: 15cm no formato horizontal; ou 430mm x 310mm(AxL) altura do 15cm no formato vertical a ser escolhido no momento do pedido de ata a critério da contratante.●Gramatura do papel: mínimo de 250g/m2, Dimensões (envelope fechado):●Com impressão na face frontal do envelope, da seguinte forma: em fonte “Old Script”; cor preta; tamanho 48;●Brasão da República em preto e branco, centralizado; tamanho 4cm x 4cm.●Imagem ilustrativa Anexo II – item 21 <p>Imagem de referência</p> <div></div>	Expediente	<p>Material: Offset Modelo: Saco Padrão Tamanho (C X L): 310 X 410 MM Cor: Branco Gramatura: 80 G/M2</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>						
<p>GRUPO 01</p> <p>R\$ 16.298,35 (dezesesseis mil duzentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)</p>									
2	<p>Ata de Mesa Receptora de Votos</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Em papel RECICLADO tom natural claro, gramatura de 75g/ m², medindo 210mm x297 mm, impressão em off set na cor preta e em duas faces <p>Apresentação: Bloco com 100 folhas, colado, embalado com plástico transparente em pacotes com 10 blocos cada.</p> <p>COD 16000436.</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p>	ND 30.16 Material de Expediente	<p>467482</p> <p>Descrição: Formulário oficial, tipo documento: ata de eleição, tipo papel: reciclado, gramatura: 75 g,m², tamanho: 297 x 210 mm, modelo: conforme modelo do órgão, característica adicional: p, pleito eleitoral</p>	0	200	200	bloco c/ 100	R\$ 9,38	R\$ 1.876,00

	<p>Anexo ata-mesa-receptora - modelo layout eleições 2024 (Anexo II – item 2)</p> <p>OBS 1: O Tribunal Regional Eleitoral entregará à empresa vencedora a arte final, em arquivos finalizados no formato PDF (Adobe Acrobat).</p> <p>OBS 2: Poderão ser confeccionados dois modelos de Atas, com especificações e conteúdo informativo idênticos, com a única diferença da indicação do Turno (1º ou 2º turnos) eleitoral a que se refere.</p> <p>OBS 3: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao bloco com 100 folhas.</p>		Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.						
3	<p>Guia Rápido para Mesários</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Papel: AP 75 g/m² RECICLADO, tom natural claro.● Formato:<ul style="list-style-type: none">○ Fechado: A4 (210mm x 297mm)○ Aberto: A3 (com uma dobra)○ Número de faces: 4 (quatro).○ Padrão de cor: preto e branco. <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados em plástico transparente</p> <p>COD 16000007.</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo GUIA RÁPIDO MESÁRIO - modelo (Anexo II – item 3)</p>	<p>ND 30.16</p> <p>Material de Expediente</p>	<p>442502</p> <p>Sustentável</p> <p>Descrição: Impresso padronizado, material: papel reciclado, tipo: roteiro, comprimento: 297 mm, largura: 210 mm, cor: natural, características adicionais: conforme modelo do órgão.</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	50	50	milheiro	R\$ 184,40	R\$ 9.220,00

	<p>OBS 1: O Tribunal Regional Eleitoral entregará à empresa vencedora a arte-final, em arquivos finalizados no formato PDF (Adobe Acrobat).</p> <p>OBS 2: Poderão ser confeccionados dois modelos de roteiros, com especificações idênticas, sofrendo alterações apenas no conteúdo informativo (SEM/COM BIOMETRIA).</p>								
8	<p>Senha Eleitoral</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em papel jornal, gramatura de 50g/m², com impressão em off-set na cor preta em uma face; medindo 65mm de largura x 55mm de altura; <p>Apresentação: Pacotes com 1.000 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>COD. 16000312</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo ANEXO SENHA ELEITORAL - modelo layout (Anexo II – item 8)</p> <p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 1.000 unidades.</p>	ND 30.16 Material de Expediente	<p>467590</p> <p>Descrição:</p> <p>Formulário oficial, tipo documento: senha eleitoral, tipo papel: reciclado, gramatura: 45 g,m², tamanho: 54 x 64 mm</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	200	200	unidade	R\$ 4,72	R\$ 944,00
9	<p>Recibo Entrega e de quitação de Material</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em papel REICLADO, Gramatura de 75g/m², com impressão em off-set na cor preta e em uma face, medindo 210mm de largura x 145mm de altura, blocos com 100 folhas; <p>Apresentação: Bloco com 100 folhas, colado, embalado com plástico transparente em pacotes com 10 blocos cada um</p> <p>COD. 16000580</p>	ND 30.16 Material de Expediente	<p>442503</p> <p>Sustentável</p> <p>Descrição:</p> <p>Impresso padronizado, material: papel reciclado, tipo: recibo, comprimento: 145 mm, largura: 210 mm, cor: natural, características adicionais: conforme modelo do órgão</p>	0	450	450	bloco c/ 100	R\$ 6,44	R\$ 2.898,00

	Modelo Layout Eleições 2024: Anexo RECIBO DE ENTREGA E QUITACAO DE MATERIAL - modelo (Anexo II – item 9)		Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.						
10	Faixa da Justiça Eleitoral para veículos Especificação: <ul style="list-style-type: none">● Em papel RECICLADO tom natural claro, gramatura de 75 g/m², impressão em off set na cor preta e em uma face, medindo 320 mm x 100 mm; Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente COD. 16000157 Modelo Layout Eleições 2024: Anexo FAIXA DA JUSTIÇA ELEITORAL - modelo layout (Anexo II – item 10)	ND 30.16 Material de Expediente	442503 Sustentável Descrição: Impresso padronizado, material: papel reciclado, tipo: recibo, comprimento: 145 mm, largura: 210 mm, cor: natural, características adicionais: conforme modelo do órgão Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.	0	15	15	milheiro	R\$ 90,69	R\$ 1.360,35
GRUPO 02 R\$ 64.484,80 (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)									
4	Cédula Eleitoral Majoritária – Presidente Especificação: confeccionada em papel opaco amarelo de 75g/m²; impressão em preto nas duas faces, com as seguintes dimensões: <ul style="list-style-type: none">● Altura: 84mm;● Largura: 191mm;● Largura após a dobra: 84mm. COR: AMARELA	ND 30.16 Material de Expediente	480267 Descrição: Formulário oficial, tipo documento: cédula eleitoral, tipo papel: sulfite,offset, gramatura: 75 g,m², tamanho: 84 x 191 mm, modelo: conforme modelo do órgão, característica adicional: p, pleito eleitoral	0	820	820	unidade	R\$ 19,66	R\$ 16.121,20

	<p>Anexo - COR Cédula Amarela - PANTONE 11-0622 TCX - yellow Iris (Anexo II – item 4)</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 cédulas cada um, embalados com plástico transparente,</p> <p>COD:16000595</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo cedula - PRESIDENTE - modelo - eleições 2022 (Anexo II – item 4)</p> <p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 500 unidades.</p>		Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.						
5	<p>Cédula Eleitoral Majoritária – Governador</p> <p>Especificação: confeccionada em papel opaco amarelo de 75g/m²; impressão em preto nas duas faces, com as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Altura: 84mm; ● Largura: 191mm; ● Largura após a dobra: 84mm. <p>COR: AMARELA</p> <p>Anexo - COR Cédula Amarela - PANTONE 11-0622 TCX - yellow Iris (Anexo II – item 5)</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 cédulas cada um, embalados com plástico transparente,</p> <p>COD:16000595</p> <p>Modelo Layout Eleições 2022:</p> <p>Anexo cedula - GOVERNADOR - modelo - eleições 2022 (Anexo II – item 5)</p>	ND 30.16 Material de Expediente	<p>480267</p> <p>Descrição: Formulário oficial, tipo documento: cédula eleitoral, tipo papel: sulfite,offset, gramatura: 75 g,m², tamanho: 84 x 191 mm, modelo: conforme modelo do órgão, característica adicional: p, pleito eleitoral</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	820	820	unidade	R\$ 19,66	R\$ 16.121,20

	<p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 500 unidades.</p>								
6	<p>Cédula Eleitoral Majoritária – Governador e 02 Senadores</p> <p>Especificação: confeccionada em papel opaco amarelo de 75g/m²; impressão em preto nas duas faces, com as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Altura: 84mm; ● Largura: 191mm; ● Largura após a dobra: 84mm. <p>COR: AMARELA</p> <p>Anexo - COR Cédula Amarela - PANTONE 11-0622 TCX - yellow Iris (Anexo II – item 6)</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 cédulas cada um, embalados com plástico transparente,</p> <p>COD:16000595</p> <p>Modelo Layout Eleições 2022:</p> <p>Anexo cedula - GOV + 2 SEN - modelo - eleições 2022 (Anexo II – item 6)</p> <p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 500 unidades.</p>	<p>ND 30.16</p> <p>Material de Expediente</p>	<p>480267</p> <p>Descrição: Formulário oficial, tipo documento: cédula eleitoral, tipo papel: sulfite,offset, gramatura: 75 g,m², tamanho: 84 x 191 mm, modelo: conforme modelo do órgão, característica adicional: p, pleito eleitoral</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	820	820	unidade	R\$ 19,66	R\$ 16.121,20
7	<p>Cédula Eleitoral Proporcional - Dep. Federal e Estadual</p> <p>Especificação: confeccionada em papel opaco branco de 75g/m²; impressão em preto nas duas faces, com as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Altura: 84mm; 	<p>ND 30.16</p> <p>Material de Expediente</p>	<p>480267</p> <p>Descrição: Formulário oficial, tipo documento: cédula eleitoral, tipo papel: sulfite,offset, gramatura: 75 g,m², tamanho: 84 x 191 mm, modelo: conforme</p>	0	820	820	unidade	R\$ 19,66	R\$ 16.121,20

	<ul style="list-style-type: none"> ● Largura: 191mm; ● Largura após a dobra: 84mm. <p>COR: BRANCA</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 cédulas cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>COD:16000596</p> <p>Modelo Layout Eleições 2022:</p> <p>Anexo cedula - DEP FED e EST - - modelo - eleições 2022 (Anexo II – item 7)</p> <p>OBS 1: O preço/lance ofertado pelo licitante deverá corresponder ao pacote com 500 unidades.</p>		<p>modelo do órgão, característica adicional: p, pleito eleitoral</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>						
<p align="center">GRUPO 03</p> <p align="center">R\$ 16.256,80 (dezesesseis mil duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)</p>									
12	<p>Envelope saco em papel kraft natural</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gramatura de 110g/m², com impressão offset na cor preta e em uma face, medindo 265mm x 365mm; <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>Cód. 16000435</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo envelope pardo - modelo layout (Anexo II – item 12)</p>	<p>ND 30.16 Material de Expediente</p>	<p>459304</p> <p>Descrição: Envelope, material: kraft, modelo: saco vai e vem, tamanho (c x l): 260 x 360 mm, cor: parda, gramatura: 75 g,m2</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	15	0	15	milheiro	R\$ 570,64	R\$ 8.559,60
13	<p>Envelope Ofício (SIMPLES)</p>	<p>ND 30.16 Material de</p>	<p>459293</p>	100	0	100	cento	R\$ 24,38	R\$ 2.438,00

	<p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em papel reciclado em tom natural claro, gramatura de 90g/m2, com impressão em offset na cor preta e em uma face, medindo 230mm de largura x 115 mm de altura; <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>Cód. 16000133</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo envelope simples - modelo layout (Anexo II – item 13)</p>	Expediente	<p>Sustentável</p> <p>Descrição: Envelope, material: reciclado, modelo: ofício, tamanho (c x l): 114 x 229 mm, cor: branco, gramatura: 90 g,m2</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>						
14	<p>Envelope com Janela</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em papel RECICLADO, tom natural claro, gramatura de 90g/m2, com impressão em offset na cor preta e em uma face, medindo 230mm de largura x 115mm de altura. <p>JANELA revestida com plástico transparente, medindo 140mm x 35mm;</p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>Cód. 16000588</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo envelope janela- modelo layout (Anexo II – item 14)</p>	ND 30.16 Material de Expediente	<p>459368</p> <p>Descrição: Envelope, material: offset, modelo: ofício, tamanho (c x l): 114 x 229 mm, cor: branco, gramatura: 75 g,m2, acabamento: com janela transparente</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	70	0	70	cento	R\$ 25,10	R\$ 1.757,00
15	<p>Envelope Duplo Ofício</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em papel RECICLADO, tom natural claro, gramatura de 90g/m2, impressão offset na cor preta e em uma face, medindo 238mm de largura x 175mm de altura; 	ND 30.16 Material de Expediente	<p>459293</p> <p>Sustentável</p> <p>Descrição: Envelope, material: reciclado, modelo: ofício, tamanho (c x l): 114</p>	15	0	15	milheiro	R\$ 233,48	R\$ 3.502,20

	<p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente</p> <p>Cód. 16000130</p> <p>Modelo Layout Eleições 2024:</p> <p>Anexo envelope duplo ofício - modelo layout (Anexo II – item 15)</p>		<p>x 229 mm, cor: branco, gramatura: 90 g,m2</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>						
<p>GRUPO 04</p> <p>R\$ 260.628,57 (duzentos e sessenta mil seiscientos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos)</p>									
18	<p>Cartazes Obrigatórios - Impressos gráficos</p> <p>Especificação:</p> <p>Material: Papel offset branco, gramatura 90 g/m²</p> <p>Formato: A3 (29,7 cm x 42,0 cm)</p> <p>Impressão: Offset 4x0 (colorida em uma face)</p> <p>Acabamento: Corte reto, sem laminação ou verniz</p> <p>Embalagem e separação:</p> <p>Os cartazes deverão ser acondicionados e separados por zona eleitoral, em grupos correspondentes às 122 zonas eleitorais atendidas. Dentro de cada grupo, os materiais poderão ser subdivididos em pacotes de até 50 (cinquenta) unidades, de forma organizada e padronizada.</p> <p>Além disso, os pacotes de cada zona eleitoral deverão ser separados por turno eleitoral (1º turno e 2º turno), com identificação clara e distinta para cada turno, de modo a evitar qualquer risco de mistura entre os materiais.</p> <p>Os pacotes deverão ser empacotados em plástico</p>	<p>ND 30.59</p> <p>Material para Divulgação</p>	<p>294222</p> <p>Descrição: cartaz, material:papel, gramatura:90 g/m2, formato fechado:297 x 420 mm, tamanho:a3, características adicionais:papel opaco branco, alta alvura, impressão ofset</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	311	311	milheiro	<p>R\$</p> <p>485,57</p>	<p>R\$ 151.012,27</p>





<p>transparente, papel kraft, papel madeira ou outro material de baixo custo e resistência compatível, que assegure a integridade dos impressos até a entrega final.</p> <p>Cada embalagem deverá conter identificação visível da zona eleitoral correspondente, incluindo o nome e número da zona e a quantidade de cartazes contidos.</p> <p>A planilha contendo a relação completa das zonas eleitorais e suas respectivas quantidades será fornecida ao contratado após a assinatura do contrato, para fins de conferência, separação e empacotamento dos materiais.</p>									
SEQ	Cartazes Obrigatórios	Quantitfativo (Embalagem c/ 50 folhas)							
18.1	CARTAZ BOCA DE URNA (LEI 12.034/09) Anexo - A3 - BOCA DE URNA É CRIME (Anexo II – item 18 – subitem 18.1)	1.000							
18.2	CARTAZ PROIBIDO CELULAR NA CABINE DE VOTAÇÃO Anexo - A3 - PROIBIDO CELULAR (Anexo II – item 18 – subitem 18.2)	1.000							
18.3	CARTAZ JUSTIFICATIVA Anexo - A3 - JUSTIFIQUE O VOTO (Anexo II – item 18 – subitem 18.3)	220							
18.4	CARTAZ PASSO A PASSO DA VOTAÇÃO Anexo - A3 - PASSO A PASSO DO VOTO (Anexo II – item 18 – subitem 18.4)	620							
18.5	CARTAZ PROIBIDO PORTAR ARMA	1.000							


		Anexo - A3 - PROIBIDO ARMA (Anexo II – item 18 – subitem 18.5)									
	18.6	CARTAZ DOCUMENTOS OFICIAIS - A3 Anexo - A3 - DOCUMENTOS OFICIAIS (Anexo II – item 18 – subitem 18.6)	1.000								
	18.7	PREFERÊNCIA DO VOTO - A3 Anexo - A3 - PREFERÊNCIA DO VOTO (Anexo II – item 18 – subitem 18.7)	1.000								
	18.8	CARTAZ DISQUE ELEITOR/TRE - TAM. A3 Anexo - A3 - DISQUE ELEITOR (Anexo II – item 18 – subitem 18.8)	380								
	TOTAL		6.220								
19	IMPRESSOS - FORMATO A4 Quantidade TOTAL : 54.000 unidades 1. CARTAZ DEIXE AQUI SEU CELULAR Material: Papel offset branco, gramatura 90 g/m² Formato: A4 (21,0 cm x 29,7 cm) Impressão: Offset 4x0 (colorida em uma face) Acabamento: Corte reto, sem laminação ou verniz Anexo - A4 - DEIXE O CELULAR AQUI (Anexo II – item 19 – subitem 1) Quantidade: 50.000 unidades			ND 30.59 Material para Divulgação	467593 Cartaz Material: Papel Ofsete Gramatura: 90 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Cores Tamanho: 297 X 210 MM Características Adicionais: Branco, Personalizado "Proibido Celular" Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.	0	54	54	milheiro	R\$ 313,45	R\$ 16.926,30


<p>Embalagem e separação:</p> <p>Os cartazes deverão ser acondicionados e separados por zona eleitoral, em grupos correspondentes às 122 zonas eleitorais atendidas. Dentro de cada grupo, os materiais poderão ser subdivididos em pacotes de até 50 (cinquenta) unidades, de forma organizada e padronizada.</p> <p>Além disso, os pacotes de cada zona eleitoral deverão ser separados por turno eleitoral (1º turno e 2º turno), com identificação clara e distinta para cada turno, de modo a evitar qualquer risco de mistura entre os materiais.</p> <p>Os pacotes deverão ser empacotados em plástico transparente, papel kraft, papel madeira ou outro material de baixo custo e resistência compatível, que assegure a integridade dos impressos até a entrega final.</p> <p>Cada embalagem deverá conter identificação visível da zona eleitoral correspondente, incluindo o nome e número da zona e a quantidade de cartazes contidos.</p> <p>A planilha contendo a relação completa das zonas eleitorais e suas respectivas quantidades será fornecida ao contratado após a assinatura do contrato, para fins de conferência, separação e empacotamento dos materiais.</p> <p>2. INDICADOR DE SEÇÃO SEM NUMERAÇÃO</p> <p>Anexo - A4 - IDENTIFICADOR DE SEÇÃO SEM NÚMERO (Anexo II – item 19 – subitem 2)</p> <p>Quantidade : 4.000 unidades</p> <p>Embalagem e separação: Pacotes de 25 unidades.</p> <p>Os pacotes deverão ser empacotados em plástico transparente, papel kraft, papel madeira ou outro material de baixo custo e resistência compatível, que assegure a integridade dos impressos até a entrega final.</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

11	<p>Indicador de Seção (Placas Indicadoras de Seção – Eleições 2026 - reutilizável)</p> <p>Material: Papel offset branco 120 g/m²</p> <p>Formato: A4 (21 x 29,7 cm)</p> <p>Impressão: Digital a laser colorida (4x0), frente única, personalizada com o número de cada seção eleitoral conforme planilha a ser fornecida.</p> <p>Acabamento: Encapsulamento total (Polaseal) com película térmica de 0,10 mm (100 micra) por face, selagem nas bordas, superfície lisa, sem bolhas e transparente.</p> <p>Selagem completa nas bordas (mínimo de 3 mm) para proteção total contra umidade.</p> <p>Dimensões finais: aprox. 22 x 31 cm</p> <p>Fixação: Fita dupla face tipo banana aplicada em 4 pontos (19 mm x 30 mm cada);</p> <p>Quantidade estimada: 23.000 unidades diferentes</p> <p>Embalagem e separação: As placas deverão ser acondicionadas e separadas por zona eleitoral, em grupos correspondentes às 122 zonas eleitorais atendidas. Dentro de cada grupo, os materiais poderão ser subdivididos em pacotes de até 50 (cinquenta) unidades, de forma organizada e padronizada.</p> <p>Os pacotes deverão ser empacotados em plástico transparente, papel kraft, papel madeira ou outro material de baixo custo e resistência compatível, que assegure a integridade dos impressos até a entrega final.</p> <p>Cada embalagem deverá conter identificação visível da zona eleitoral correspondente, incluindo o nome e número da zona e</p>	de	<p>483924</p> <p>Cartaz</p> <p>Material: Papel Ofsete Gramatura: 120 G/M2 Quantidade Cores Impressão: 4/0 Tamanho: 29,70 X 42 CM Características Adicionais: Explicativo</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	0	23.000	23.000	unidade	R\$ 4,03	R\$ 92.690,00
----	---	----	---	---	--------	--------	----------------	-----------------	----------------------

	<p>a quantidade de placas contidas.</p> <p>A planilha contendo a relação completa das zonas eleitorais e suas respectivas quantidades será fornecida ao contratado após a assinatura do contrato, para fins de conferência, separação e empacotamento dos materiais.</p> <p>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE AOS LICITANTES:</p> <p>A planilha com a numeração final das seções eleitorais será disponibilizada pela Administração a partir de junho de 2026. O fornecedor vencedor deverá planejar sua produção considerando que a personalização das placas somente poderá ocorrer após o recebimento desses dados.</p> <p>Anexo II – item 11</p>								
<p align="center">GRUPO 05</p> <p align="center">R\$ 22.959,88 (vinte e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos)</p>									
22	<p>Cartazes tamanho A3, em PVC, adesivado</p> <p>Formatos: A3 (297 x 420 mm)</p> <p>Material: PVC rígido (Sintra/Foamex) 2 mm de espessura</p> <p>Impressão: Cores</p> <p>Acabamento: Laminação fosca</p> <p>Fixação: Fita dupla face tipo banana aplicada em 4 pontos (19mm x 30mm cada)</p> <p>Tipo 1 - 3 unidades por cartório - 122 cartórios - Total 366 unidades</p> <p>A planilha com a relação de cartórios será disponibilizada posteriormente.</p>	<p>ND 30.44 Material de Sinalização Visual e Outros</p>	<p>276461</p> <p>Placa Pvc Formato: Retangular, Comprimento: 57CM, Largura: 48CM, Espessura: 2MM</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	410	0	410	un	R\$ 49,58	<p>R\$ 20.327,80</p>

	<p>Tipo 2 - 2 unidades por sala - 22 salas - Total 44 unidades</p> <p>Observação: Uso interno</p> <div><div><div><p>CARTÓRIO DA</p><p>83ª</p><p>ZONA ELEITORAL</p><p>Petrolina</p></div></div><div><p>TIPO 1</p><p>366 unidades diferentes</p></div><div><p>TIPO 2</p><p>44 unidades iguais</p></div><div><p>Recomendações para a sala de preparação de urnas</p><ul style="list-style-type: none"> Evite se alimentar na bancada de trabalho. Use o celular apenas para atividades relacionadas ao serviço. Guarde na UE o comprovante de carga e entregue ao cartório o extrato de carga. Descarte os demais papéis da UE no saco da bancada, salvo orientação distinta do cartório. Em caso de dúvida, chame o supervisor da bancada ou o Suporte Tecnológico. Ajude a manter o silêncio na sala.<p>Contamos com você para manter um ambiente organizado e produtivo.</p><p>Agradecemos sua colaboração e desejamos um excelente trabalho!</p></div></div>								
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

	Anexo II – item 22								
23	<p>Placas tamanho A4, em PVC, adesivado</p> <p>Formatos: A4 (210 x 297 mm)</p> <p>Material: PVC rígido (Sintra/Foamex) 2 mm de espessura</p> <p>Impressão: Cores</p> <p>Acabamento: Laminação fosca</p> <p>Fixação: Fita dupla face tipo banana aplicada em 4 pontos (19mm x 30mm cada)</p> <p>Observação: Uso interno</p> <p>Anexo II – item 23</p> <p>44 unidades</p> 	<p>ND 30.44 Material de Sinalização Visual e Outros</p>	<p>276461</p> <p>Placa Pvc Formato: Retangular, Comprimento: 57CM, Largura: 48CM, Espessura: 2MM</p> <p>Obs.: em caso de divergência na descrição do CATMAT e a especificação do edital, prevalece a do edital.</p>	88	0	88	un	R\$ 29,91	R\$ 2.632,08

		44 unidades								
VALOR TOTAL	R\$ 512.017,68 (quinhentos e doze mil e dezessete reais e sessenta e oito centavos)									

- **Havendo divergência entre a descrição do CATMAT e a especificação do objeto contido no Edital, deverá prevalecer a descrição contida no Edital.**
- **Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização:**
 - Informamos que não utilizamos o Catálogo Eletrônico de Padronização, nos termos do art. 19, § 2º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os itens elencados ainda não foram objetos de padronização (consulta realizada em 11/12/2025 - link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). No momento, encontram-se padronizados apenas: café, açúcar e água mineral.

1.2. Vigência da Contratação e Possibilidade de Prorrogação

Por se tratar de aquisição de material com entrega total ao final do procedimento e sem obrigação futura para a contratada, sugerimos a substituição da formalização do contrato por **nota de empenho**, nos termos dos incs. I e II, art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Custo Estimado Total da Contratação

O valor estimado inicial previsto para essa demanda no PCA 2026, sob o **Sequenciais 43, 59 e 220 é de R\$ 242.005,00 (duzentos e quarenta e dois mil e cinco reais)**, sendo R\$ 200.000,00 relativos à unidade demandante SEAL, R\$ 18.865,00 relativo à unidade demandante ASCAI e R\$ 23.140,00 relativo à unidade demandante SECOM, conforme BS-DOD-despesa prevista no plano [3005539](#), BS-DOD-despesa prevista no plano [3047915](#) e BS-DOD-inclusão de despesa PCA - Placas e cartazes - Salas de Treinamento Polos ([3092899](#)), da SEAL, ASCAI e SECOM, respectivamente.

Após a cotação de preços, a equipe de planejamento da contratação chegou ao valor total estimado para o certame de **R\$ 512.017,68 (quinhentos e doze mil e dezessete reais e sessenta e oito centavos)**.

Considerando a disponibilidade orçamentária vigente, procedeu-se ao **remanejamento parcial** de dotação do orçamento de **Eleições** para o **Ordinário**, abrangendo o **Item 1** e o **Grupo 03** deste processo, no valor total de **R\$ 39.057,28**, a fim de adequar a despesa à fonte de recursos disponível e garantir a execução regular da contratação, resultando em um valor total ordinário de **R\$ 73.250,36**.

Considerando que o valor estimado para a dotação **ELEIÇÕES**, após a cotação de preços (**R\$ 438.767,32**), ficou acima da previsão inicialmente registrada no PCA 2026 (**R\$ 204.950,00**), será necessária a adequação orçamentária.

O formulário de acréscimo de valor de despesa no PCA 2026 consta do documento [3172404](#), com a solicitação de aporte adicional no montante de **R\$ 233.817,32**, no SEQ 43 e 59.

1.3.2 - Extrato das Pesquisas Realizadas

- TABELA COMPARATIVA DE PREÇOS - Material Gráfico 2026 ([3169220](#))
 - Data-base: 17/12/2025 - conforme consta no BS-ETP-aquisição de materiais - Material Gráfico ([3168515](#)).

- Cotação - Fonte de Preços Material Gráfico 2026 ([3169215](#))
- Cotação Fornecedor - Material Gráfico ([3118503](#))

1.3.3 - Exclusão dos Preços Excessivos e Inexequíveis

A exclusão de preços excessivos e inexequíveis foi realizada de acordo com os parâmetros trazidos no art. 4º, incisos I e II, da [Portaria MJ nº 80, de 22 de janeiro de 2016](#) e encontram-se consubstanciadas na aba “Fonte de Pesquisa” da TABELA COMPARATIVA DE PREÇOS - Material Gráfico 2026 ([3169220](#)).

Importante registrar que a Assessoria Jurídica deste TRE/PE, por meio do Parecer 1050 - doc. [2055605](#), mencionou o seguinte: “Por oportuno, registre-se que, em que pese a Portaria nº 80, de 22 de janeiro de 2016, ter sido revogada é importante esclarecer que se entende possível a adoção dos seus critérios, acima mencionados, para definição de preços excessivamente elevados ou inexequíveis, conforme Enunciado n.º 11, de orientação de 24/10/2022, emitida via e-mail pela Diretoria-Geral, bem como Ata nº 02 de 03/10/2020 do COGEST”.

1.3.4 - Análise e Metodologia de Pesquisa para Definição do Preço Médio Referencial

1. Metodologia aplicada à Pesquisa de Preços/Análise dos dados da Tabela Comparativa de Preços
Elaboramos a Pesquisa de Preços para obtenção dos valores máximos admitidos para cada item, para aquisição por meio de Pregão Eletrônico, sob a égide da Lei 14.133/2021, com base nos parâmetros regulamentados nos incisos I a IV, art. 5º da IN nº 65/2021;

2. Priorizamos a busca de preços praticados por órgãos da Administração Pública (parâmetros I e II do art. 5º da IN 65/2021) por meio de pesquisa no site contratado por este Tribunal, Fonte de Preços, que apesar de ter uma interface ruim, por não fazer busca retornando resultados de CATMAT que sabemos existirem, caso das contratações vigentes deste Tribunal, e que mesmo marcando a busca exata pela descrição ou CATMAT, funcionalidade “existente” no sistema Fonte de Preços, retorna com resultados que não tem conexão nenhuma com o termo pesquisado, o que acaba reduzindo significativamente nossa produtividade, entretanto este é o contrato que temos para estas pesquisas;

3. Para as referidas consultas utilizamos como “chaves” o código CATMAT e a descrição resumida do material fornecida pela unidade demandante, utilizamos, para que pudéssemos ampliar e tornar mais robusto o retorno de preços desse material, descrições similares, quanto ao material demandado, haja vista que não houve preços suficientes ao pesquisarmos com o código CATMAT estabelecido, bem como com a descrição resumida do material;

4. Destacamos ainda que não foi necessária a cotação junto a sítios de internet especializados, uma vez que a pesquisa por preços públicos, mesmo que por similaridade em alguns casos, foi suficiente para oferecer um volume de preços para uma cotação robusta e fundamentada, considerando os padrões exigidos na atual legislação. Aqui cabe destacar que essa contratação é recorrente, tendo preços de anos anteriores, o que nos oferece a tranquilidade de podermos comparar com os preços obtidos na pesquisa;

5. Já com relação ao parâmetro IV do art. 5º da IN 65/2021, a SECOM encaminhou formulário de cotação, por e-mail, para um total de 30 (trinta) empresas não havendo nenhuma resposta, bem como nenhuma delas é sediada local/regionalmente. Por fim, **vale salientar ainda que, dentre os preços públicos pesquisados, não encontramos, dentre os itens cotados, o mínimo de três empresas sediadas local/regionalmente.** A lista de fornecedores, citada, enviada por e-mail, foi obtida por meio da ferramenta Mapa de Fornecedores do site Fonte de Preços, portanto, diante dos resultados, sugerimos que o certame não seja exclusivo à participação de ME's e EPP's e que não haja cota de até 25%;

6. Os dados coletados foram analisados conforme preceitua a Portaria N° 80, de 22 de janeiro de 2016 do Ministério da Justiça (com a exclusão de preços inexequíveis ou excessivamente elevados), bem como de acordo com o Manual de orientação de pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça;

7. Finalmente, lançamos, na planilha de cálculo, os valores encontrados na pesquisa de preços, considerando a homogeneidade dos preços obtidos para o item pesquisado, que resultou no coeficiente de variação inferior a 25%, assim sendo, utilizamos o preço unitário de referência da média.

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

A fundamentação da contratação consta no BS-ETP-aquisição de materiais - Material Gráfico ([3168515](#)) - tópicos 1.4, 1.5, 1.8 e 1.9.

3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO ITEM/GRUPO**, conforme cada caso, *nos termos dos critérios de julgamento, previstos no artigo nº 33, I da Lei nº 14.133/2021* a partir da observância dos seguintes critérios:

O fornecedor melhor classificado (com menor lance por grupo) será selecionado a partir da observância dos seguintes critérios:

a) Condições da proposta (tópico 5.1): será chamado por ordem de classificação a apresentar proposta comercial que cumpram os requisitos deste Termo de Referência;

b) Critérios de sustentabilidade (tópico 5.4): após a aprovação dos produtos apresentados na proposta comercial, o fornecedor deverá comprovar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência;

c) Requisitos de habilitação (tópico 3.4): após a comprovação de que o produto se enquadra nas especificações exigidas no instrumento convocatório e que atende aos critérios de sustentabilidade, o fornecedor deverá fazer prova da sua regularidade fiscal e de outras exigências legais, tais como apresentação de declarações e certificações específicas, solicitadas neste Termo de Referência.

d) Serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021 e persistindo o empate, será realizado um sorteio entre as propostas empatadas.

3.1. Forma de Aquisição

Considerando o valor estimado obtido na pesquisa de preços, bem como a necessidade de entrega dos objetos componentes deste processo de contratação após o certame, considerando ainda que a regra, preferencialmente, a adoção do pregão eletrônico, **a equipe de planejamento da contratação concluiu que a modalidade de contratação mais adequada é o Pregão Eletrônico Convencional** em conformidade com o ITEM 3.3 do BS-ETP-aquisição de materiais - Material Gráfico ([3168515](#)).

3.2. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

- O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO, POR ITEM**, quando se tratar de itens avulsos, e **POR GRUPO**, quando se tratar de itens agrupados, de acordo com cada caso, conforme estabelecido no item 1.1 deste TR;
- Os objetos do Edital serão adjudicados e homologados à empresa licitante cuja proposta for declarada vencedora para os ITENS AVULSOS e para os GRUPOS, desde que atendidas as exigências do edital e seus anexos.

3.3. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

A SECOM encaminhou formulário de cotação, por e-mail, para um total de 30 (trinta) empresas não havendo nenhuma resposta, bem como nenhuma delas é sediada local/regionalmente. Por fim, **vale salientar ainda que, dentre os preços públicos pesquisados, não encontramos, dentre os itens cotados, o mínimo de três empresas sediadas local/regionalmente.** A lista de fornecedores, citada, enviada por e-mail, foi obtida por meio da ferramenta Mapa de Fornecedores do site Fonte de Preços, portanto, diante dos resultados, sugerimos que o certame não seja exclusivo à participação de ME's e EPP's e que não haja cota de até 25%;

Embora o valor total para os itens avulsos, bem como para os grupos 1, 2, 3 e 5, sejam inferiores a R\$ 80.000,00, não houve 03 (três) propostas de fornecedores competitivos (ME's e EPP's), sediados local ou regionalmente, bem como não foram obtidos preços em contratações públicas cujos fornecedores se enquadrem nestas circunstâncias.

Portanto, sugerimos que o certame **NÃO seja exclusivo à participação de ME's e EPP's e que NÃO haja cota de até 25%.**

Quanto ao grupo 4, cujo valor é superior a R\$ 80.000,00, o que ensejaria o enquadramento no art. 8º do Decreto nº 8.538/20015, salientamos que a consulta junto aos fornecedores, não retornou com fornecedores locais/regionais suficientes para o estabelecimento de cotas reservadas para estes grupos.

Os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte **também se estendem às cooperativas**, quando estas se enquadram nos limites legais aplicáveis.

3.4. Das Condições de Habilitação

3.4.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2>)

- e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>).

3.4.1.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

3.4.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.4.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.4.2.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.4.2.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

3.4.3 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

3.4.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

3.4.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

3.4.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.4.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada. 3.4.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

3.4.6 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

3.4.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.4.8 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.4.9 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.4.9.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.4.10 - A licitante deverá apresentar declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021 (NLLC).

3.4.11 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital a documentação relacionada nos objetos a seguir, para fins de habilitação:

Habilitação Jurídica:

3.4.12 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.4.13 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

3.4.14 - No caso de Sociedade empresária, **sociedade limitada unipessoal – SLU**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.4.15 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

3.4.16 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

3.4.17 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

3.4.18 - No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

3.4.19 - No caso de **pessoa física**:

3.4.19.1 - Desde que atendidos os requisitos previstos no Art.5º da IN SEGES/ME nº 116/2021:

3.4.19.1.1 - Apresentação pelo adjudicatário dos seguintes documentos, no mínimo:

a) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b) prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;

c) certidão negativa de insolvência civil;

d) declaração de que atende os requisitos do Edital/Anexos;

e) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

f) declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.4.19.1.2 - Exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

3.4.19.1.2.1 - O valor de que trata o inciso III deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)".

3.4.19.1.3 - Exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (SICAF).

3.4.20 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal e trabalhista:

3.4.21 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.4.22 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.4.23 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.4.24 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.4.25 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.4.26 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.4.27 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.4.28 - A empresa, ainda, deverá atender ao que dispõe o inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3.4.29 - Será admitida a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista pela Internet, por intermédio de consulta on-line efetuada pelo(a) Agente de Contratação e/ou Equipe de Apoio.

Qualificação Econômico-Financeira:

3.4.30 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira, as licitantes devem apresentar:

3.4.30.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação;

3.4.30.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

3.4.31 - Justifica-se a exigência de documentos de Qualificação Econômico-Financeira da empresa vencedora pelos seguintes motivos:

3.4.31.1 - A avaliação da qualificação econômico-financeira busca garantir que o licitante tenha capacidade financeira suficiente para cumprir com as obrigações contratuais assumidas, evitando possíveis inadimplências e garantindo a execução adequada do contrato.

3.4.31.2 - Assegurar que o licitante tenha condições financeiras adequadas é fundamental para proteger os interesses públicos. A falência ou insolvência de um contratado pode resultar em prejuízos e atrasos significativos para a administração pública, afetando a prestação de serviços ou a entrega de bens.

3.4.31.3 - A exigência de qualificação econômico-financeira contribui para a credibilidade e segurança das contratações públicas. Assegura que apenas empresas com saúde financeira participem do processo licitatório, minimizando riscos de descumprimento contratual e prejuízos para a administração.

Justificativa para o afastamento de Empresas em Consórcios:

3.4.32 A restrição quanto à não participação de Consórcio de Empresas na licitação justifica-se pelos seguintes fatores:

3.4.32.1 O objeto da contratação é de natureza simples, não possui valor vultoso e nem complexidade técnica, portanto, não justifica a união de esforços de empresas distintas para o atendimento da demanda;

3.4.32.2 Na pesquisa de mercado, foram encontradas várias empresas fornecedoras do objeto, bem como contratações similares realizadas, demonstrando que a participação de consórcio não é fator relevante que garantirá aumento de competitividade;

3.4.32.3 Os requisitos de qualificação técnica e econômica exigidos são os mínimos necessários para a comprovação de que a empresa pode fornecer o objeto.

3.4.33 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sob pena de inabilitação;

3.4.34 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'j' e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Descrição da Solução e Ciclo de Vida do Objeto

A informação consta nos tópicos 1.8 e 1.9 do BS-ETP-aquisição de materiais - Material Gráfico ([3168515](#)).

4.2. Adequação Orçamentária

20 GP - Consumo

4.2.1. Sequencial do PCA

O valor estimado inicial previsto para essa demanda no PCA 2026, sob o **Sequenciais 43, 59 e 220 é de R\$ 242.005,00 (duzentos e quarenta e dois mil e cinco reais)**, sendo R\$ 200.000,00 relativos à unidade demandante SEAL, R\$ 18.865,00 relativo à unidade demandante ASCAI e R\$ 23.140,00 relativo à unidade demandante SECOM, conforme BS-DOD-despesa prevista no plano [3005539](#), BS-DOD-despesa prevista no plano [3047915](#) e BS-DOD-inclusão de despesa PCA - Placas e cartazes - Salas de Treinamento Polos ([3092899](#)), da SEAL, ASCAI e SECOM, respectivamente.

Considerando que o valor estimado para a dotação **ELEIÇÕES**, após a cotação de preços (**R\$ 438.767,32**), ficou acima da previsão inicialmente registrada no PCA 2026 (**R\$ 204.950,00**), será necessária a adequação orçamentária.

O formulário de acréscimo de valor de despesa no PCA 2026 consta do documento [3172404](#), com a solicitação de aporte adicional no montante de **R\$ 233.817,32**, no SEQ 43 e 59.

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Trata-se de aquisição de materiais previstos no orçamento ELEIÇÃO E ORDINÁRIO do TRE-PE, totalizando **R\$ 512.017,68 (quinhentos e doze mil e dezessete reais e sessenta e oito centavos)**, conforme discriminação abaixo:

Natureza da Despesa - ND	Orçamento	Itens	Grupo de Natureza de Despesa (GND)	Valor por Orçamento	Valor por ND
30.16 - Material de Expediente	ELEIÇÃO	2 a 10, 16 e 21	Consumo	R\$ 163.905,15	R\$ 214.195,63
	ORDINÁRIO	1, 12 a 15 e 20		R\$ 50.290,48	
30.44 - Material de Sinalização Visual e Outros	ELEIÇÃO	11 e 17	Consumo	R\$ 106.923,60	R\$ 129.883,48
	ORDINÁRIO	22 e 23		R\$ 22.959,88	
30.59 - Material para Divulgação	ELEIÇÃO	18 e 19	Consumo	R\$ 167.938,57	R\$ 167.938,57

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

	Ordinário	X	Global		Estimativo
--	-----------	----------	--------	--	------------

5. Requisitos e Estimativa do Valor da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd' e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Condições da Proposta

- A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura da sessão pública.
- Forma de pagamento: Nota de empenho com depósito na conta-corrente da empresa;
- O PREÇO UNITÁRIO DO ITEM/GRUPO deverá ser em moeda corrente nacional, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, no qual se presume estarem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas;
- As empresas deverão indicar, na proposta, a marca, o fabricante do produto cotado;
- A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar **catálogo/site da marca/fabricante do produto, caso se aplique**, no qual conste o objeto com as especificações exigidas no Edital publicado:
 - Na hipótese de indicação de site, a empresa deverá descrever o caminho completo (passo a passo) para se chegar especificamente ao objeto ofertado;
 - É imprescindível que a empresa identifique no site qual produto está sendo ofertado, com a indicação de sua referência ou código, ficando estabelecido que na falta desta informação, o catálogo não será analisado. Caso as informações no site/catálogo sejam insuficientes para análise, a unidade demandante poderá, por meio de diligência, solicitar amostra do material para análise.
- Será exigida da empresa contratada a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica para o fornecimento do material, visando atender o dispositivo na Cláusula Segunda, inciso I do protocolo ICMS 42, de 03/07/2009, alterado pelo Protocolo ICMS 85, de 09/07/2010;
- Será de responsabilidade da vencedora, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;
- A licitante vencedora deverá apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no **tópico 5.4** desse Termo de Referência.
- A equipe de planejamento da contratação poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório em relação ao disposto no presente capítulo.
- Na apresentação das propostas o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Parcelamento do Objeto

A justificativa para o agrupamento dos itens consta do item 3.5. do BS-ETP-aquisição de materiais - Material Gráfico ([3168515](#)).

5.3. Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Com exceção do item 01, não há link de referência para os demais itens, pois são materiais confeccionados em gráficas e que necessitam de aprovação de prova:

Item 01 - Envelope de proteção para acondicionar com segurança as mídias de resultados das eleições

- Link 01 - <https://www.nzbembalagens.com.br/envelope-de-seguranca-coextrusado-reciclado-com-lacre-32x40>

A indicação de marca e modelo se enquadra na hipótese da alínea "d", inciso I do art. 41 da Lei 14.133/2021, conforme transcrito abaixo:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

A indicação de marca é apenas REFERENCIAL, não havendo nenhuma obrigação do fornecedor de oferecer materiais apenas das marcas apontadas.

5.4. Critérios de Sustentabilidade

5.4.1 Sustentabilidade

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado(s) ao objeto:

- **ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico**
 - Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
- **ODS 12. Consumo e produção responsáveis**
 - Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- **ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes**
 - Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, bem como no Acórdão n.º 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução n.º 201/2015 do CNJ e na Resolução n.º 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade, além daqueles indicados ACIMA, o que segue nos subitens abaixo:

5.4.2 Critérios Sociais

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;
- Possuir o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- A empresa vencedora não poderá possuir entre seus sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento deste TRE/PE.

5.4.3 Critérios Ambientais

A licitante melhor classificada deverá apresentar:

- Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13 de abril de 2018, alteradora da IN nº 6, de 15 de março de 2013, e legislação correlata. (Obs.: Anexo I da IN IBAMA 11/2018: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138172>) (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª ed., 2025).
 - A exigência do Comprovante de Registro Regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) aplica-se aos fabricantes instalados no Brasil.
 - Em se tratando de produto fabricado em outro país, compete à licitante comprovar a(s) origem(ns) do(s) produto(s).

ITENS 1 A 19 e 21:

- **FTE 8-3:** Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.

5.4.4

Critérios

Culturais

Não se aplica à contratação.

5.4.5 Critérios de Acessibilidade

- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a proponente vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);
- Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021 (NLLC).

5.4.6 Critérios de Saúde

- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes (p. 42, "1.1" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ e p. 60 da 3ª Edição, ano 2021 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).

5.5. Garantia e Assistência Técnica

Não se aplica à contratação.

6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea "e" e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Condições de Entrega, Recebimento e Aceite do Objeto da Contratação

A nota de empenho será encaminhada à licitante vencedora pela Seção de Compras via correio eletrônico.

- A empresa terá 01 (um) dia útil para confirmar o recebimento da nota de empenho através dos fones: (81) - 3194-9330 / 3194-9334 / 3194-9336 / 3194-9337 / 3194-9338 / 3194-9339 ou através do e-mail: secom@tre-pe.jus.br.
- Para todos os itens, a empresa vencedora terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho e da arte/modelo do material, para **apresentar uma prova** (boneca) do material (inclusive com impressão), para análise e aprovação pela Unidade Demandante.
- **Quanto a disponibilização dos modelos / artes dos materiais:**
 - O Tribunal Regional Eleitoral disponibilizará as artes/modelos dos materiais em arquivos finalizados nos formatos PDF (Adobe Acrobat) e PNG que servirão como parâmetro para a confecção da prova. Assim, caso a empresa necessite de uma arte, para elaborar uma matriz de impressão, ficará responsável pela elaboração dessa arte, no formato que for necessário (CorelDraw, ou outro), sem nenhum custo para este TRE/PE.
 - Caso seja necessário, e havendo disponibilidade, o TRE/PE poderá enviar ao fornecedor uma amostra física do material adquirido em anos anteriores, para servir de parâmetro na elaboração da prova da contratação atual.
- Caso a prova seja devolvida pela Seção de Compras para qualquer alteração, a empresa deverá reenviá-la, com as correções solicitadas, para nova análise, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a contar da solicitação à empresa pelo TRE/PE das alterações a serem feitas, sem nenhum custo para este TRE/PE.

- O licitante vencedor terá, no máximo, **02 (duas)** oportunidades para corrigir e reenviar nova prova, a contar da solicitação das correções a serem feitas.
- As provas deverão ser entregues na Seção de Compras situada na **Av. Rui Barbosa, nº 320, Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040**, pessoalmente ou via **SEDEX**, com a despesa custeada pela empresa vencedora.
- Os materiais devidamente aprovados deverão ser entregues na **Seção de Almoxarifado do TRE/PE, localizada na Av. Rui Barbosa, nº 320, Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040, no horário das 8h às 13h**, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de:
 - Para os **Itens Avulsos e Grupos**:
 - O prazo máximo de entrega será de: **30 (trinta)** dias corridos, **contados a partir da comunicação de aprovação da prova pela unidade demandante**, que será enviada por meio de correspondência eletrônica.
- No ato da entrega do material, as empresas que retirarem as provas aprovadas do TRE deverão **apresentar a prova em que foi autorizada a confecção do item**.
- Não será aceito material diferente do que foi cotado, que esteja em desacordo com a descrição no Termo de Referência ou do catálogo aprovado, com defeito de fabricação, avarias, falhas, manchas ou diferente dos tamanhos especificados, ficando a empresa vencedora obrigada a recolhê-lo e substituí-lo por objeto que esteja em conformidade com a descrição deste Termo de Referência, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus para o TRE-PE.
- O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega do objeto licitado no local indicado neste Termo de Referência, acompanhada da assinatura de servidor da Seção de Almoxarifado no canhoto da fatura/nota fiscal ou documento equivalente.
- O recebimento definitivo, ocorrerá após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta pelo fiscal gestor da contratação, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** do recebimento provisório.

6.2. Obrigações da Contratada

- Será de responsabilidade da empresa vencedora a entrega do objeto a ela adjudicado, obedecendo a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência bem como às oferecidas em sua proposta;
- Efetuar a **entrega dos materiais** em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, observadas as estratégias de fornecimento estabelecidas por este instrumento;
- Recolher e **substituir**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, a partir da notificação, o material diferente do que foi cotado e/ou esteja em desacordo com a descrição do material constante do Edital, que esteja com defeito de fabricação, avarias ou fora do prazo de validade exigido, sem qualquer ônus para o TRE/PE.

- Comunicar à Contratante qualquer **modificação em seu endereço**, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante no contrato;
- **Apresentar Nota Fiscal** corretamente, com detalhamento de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- Comunicar à Administração, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os **motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo** previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei n.º 14.133/2021;
- Fornecer à Contratante, quando solicitado, todas as informações que lhe forem solicitadas referentes ao contrato;
- Manter as **condições de sustentabilidade** exigidas para o certame durante toda a vigência deste Contrato, o que poderá ser verificado a qualquer tempo pelo TRE/PE;
- Estar em situação **regular junto ao CADIN**, nos termos da legislação vigente, como condição para a formalização da contratação;
- Manter-se regular perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Informar ao TRE/PE qualquer **mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES**, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos materiais, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações, conforme o caso.

6.3. Obrigações do Contratante

- Receber e conferir o material no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste instrumento e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio dos servidores indicados neste Termo de Referência, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- Devendo ainda, o Gestor da Contratação, **RECEBER**, em conformidade com as determinações para o recebimento definitivo, em até 3 (três) dias úteis os materiais após o recebimento provisório;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Gestor SEAL	Jânio da Silva Paraíso	janio.paraíso@tre-pe.jus.br	SEAL	(81) 3194.9548
Gestor Substituto	Cristina Maria Gomes de Santana	cristina.santana@tre-pe.jus.br	SEAL	(81) 3194.9546
Gestor ASCAI	Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima	eduardo.japiassu@tre-pe.jus.br	ASCAI	(81) 3194.9373
Gestor Substituto	Adriana Oliveira Bezerra de Menezes	adriana.oliveira@tre-pe.jus.br	ASCAI	(81) 3194.9373
Gestor SECOM	Tatiana Araújo Monteiro da Cruz	tatiana.cruz@tre-pe.jus.br	SECOM	(81) 3194.9334
Gestor Substituto	-	-	-	-
Fiscal Técnico	-	-	-	-
Fiscal Administrativo	Robson André Costa Lopes	robson.lopes@tre-pe.jus.br	SECOM	(81) 3194.9338
Fiscal Administrativo Substituto	Luís Fernando Cavalcanti Costa	luisfernando.costa@tre-pe.jus.br	SECOM	(81) 3194.9337
Fiscal Demandante	Cristina Maria Gomes de Santana	cristina.santana@tre-pe.jus.br	SEAL	(81) 3194.9546

7.1. Critérios de Medição e de Pagamento

- Pela perfeita e fiel entrega do objeto adquirido, o TRE/PE efetuará o pagamento do preço pactuado, mediante ordem bancária creditada na conta-corrente informada pela licitante vencedora, em até **5 (cinco) dias úteis**, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até o limite de que trata o parágrafo 2º do art.7º da IN 77/2022, e em até **10 (dez) dias úteis**, para valores superiores, contado da data do atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela beneficiária do contrato.
- A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à beneficiária desta contratação, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

- O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da beneficiária do contrato (matriz/filial) encarregada da contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **08 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.
- Antes de cada pagamento à beneficiária do contrato, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a beneficiária do contrato para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.
- No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a beneficiária do contrato não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a **taxa de compensação financeira** devida pelo TRE/PE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

M = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,0001644$$

7.2. Reajuste e Aditamento

7.2.1 Reajuste:

- O pedido de “reequilíbrio econômico-financeiro” pode ser feito à Administração, contudo deverá ser bem fundamentado e apoiado com documentos comprobatórios da defasagem do preço, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, constante do tópico 1.3.2 deste Termo de Referência. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do art. 25, §7º, e do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2 - Aditamento

- Será permitido o aditamento de acréscimo ou supressão do quantitativo registrado no contrato desde que:
 - Devidamente justificado pela unidade gestora;

- Respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

● E mais:

- O aditamento de acréscimo só poderá ocorrer após a emissão da nota de empenho ou da assinatura do termo do contrato, mas antes da entrega e do pagamento referente ao quantitativo total do contrato, o que configuraria, no caso da substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho, a extinção da avença, sendo vedado o acréscimo de contrato exaurido.

8. Informações Complementares

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame.

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

8.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

8.1.5. Fraudar a licitação.

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar;

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022.

8.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Doc. SEI 3302680



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

ANEXO II

PREGÃO N.º 90018/26 - ELETRÔNICO

MODELOS

ITEM 1 – ENVELOPE MÍDIA

	TRE-PE
ENVELOPE PARA ACONDICIONAMENTO DA MÍDIA DE RESULTADO	
ELEIÇÕES:	
MUNICÍPIO:	
ZONA:	
SEÇÃO:	
OBS:	


12 cm

12 cm

Observações:

Fonte do texto: Times New Roman
Tamanho da fonte(TRE-PE): 44
Tamanho da fonte(demais textos): 16



	TRE-PE
ENVELOPE PARA ACONDICIONAMENTO DA MÍDIA DE RESULTADO	
ELEIÇÕES:	
MUNICÍPIO:	
ZONA:	
SEÇÃO:	
OBS:	

ITEM 2 – ATA MESA RECEPTORA



**Justiça
Eleitoral**

ATA DA MESA RECEPTORA

Horário de início dos trabalhos

UF	Município	Zona eleitoral	Seção(ões)
----	-----------	----------------	------------

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de _____, reuniu-se a mesa receptora da(s) seção(ões) eleitoral(is) acima identificada(s).

COMPONENTES DA MESA*

1	Presidente	Número do título eleitoral	Assinatura
2	1ª mesária ou 1º mesário	Número do título eleitoral	Assinatura
3	2ª mesária ou 2º mesário	Número do título eleitoral	Assinatura
4	1ª secretária ou 1º secretário	Número do título eleitoral	Assinatura

*Em caso de substituição, as anotações excedentes devem ser registradas no REGISTRO DE OCORRÊNCIAS.

IDENTIFICAÇÃO DE FISCALIS DOS PARTIDOS E DAS FEDERAÇÕES*

1	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
2	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
3	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
4	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
5	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
6	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
7	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura
8	Nome	Nome
	Sigla do partido	Assinatura

*Se o número de fiscais de partido ou federações for maior que oito, complementar as informações no REGISTRO DE OCORRÊNCIAS.

OCORRÊNCIAS E PROVIDÊNCIAS QUE DEVEM SER REGISTRADAS NO VERSO DESTA ATA

As ocorrências devem ser registradas com hora e identificação das pessoas envolvidas (nome completo e documento de identificação)

1. Votação ou justificativa 1.1 Atraso no início ou no encerramento da votação ou da recepção das justificativas, motivo e providências adotadas. 2. Eleitora ou eleitor 2.1 Motivo pelo qual a eleitora ou o eleitor se recusou ou não conseguiu votar, ou não concluiu o voto. 2.2 Eleitora ou eleitor cadastrado(a) na urna que votou, mas cujo nome não constou do Caderno de Votação. 2.3 Assistência de acompanhante à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, com a respectiva identificação (nome e número do documento). 2.4 Uso de instrumentos que auxiliaram a eleitora ou o eleitor a votar, inclusive fones de ouvido cedidos pela mesa receptora. 2.5 Assinatura ou digital em local ou campo indevido. 2.6 Registro do ano de nascimento da eleitora ou do eleitor com biometria não reconhecida. 3. Mesária ou mesário 3.1 Atraso de componente da mesa. 3.2 Ausência antecipada ou abandono de mesária ou de mesário. 3.3 Substituição do componente de mesa. 3.4 Movimentação de mesária ou mesário para outra mesa receptora.	4. Fiscal e demais autoridades presentes 4.1 Ausência de fiscais no início da votação (impressão da zerésima). 4.1 Questionamentos de fiscais sobre a identidade de eleitora ou de eleitor e providências adotadas. 4.2 Protestos e impugnações apresentadas por fiscal sobre a votação e providências adotadas. 5. Urna eletrônica 5.1 Correção de data ou hora da urna eletrônica antes do início da votação (Sistema de Ajuste de Data e Hora – ADH). 5.2 Interrupção da votação por falha no equipamento, ou outro motivo, e qual a providência adotada. 5.3 Troca da urna ou da mídia de votação (procedimentos de contingência). 5.4 Falha na impressão da zerésima, dos boletins de urna ou qualquer outro relatório emitido pela urna, motivo e providência adotada. 6. Urna de lona e votação por cédula 6.1 Substituição da urna eletrônica por urna de lona durante a votação, motivo e providência adotada. 6.2 Votação por cédulas desde o início dos trabalhos, motivos e providência adotada. 6.3 Inutilização e substituição de cédula, por rasura ou dano.
--	--

Rubrica do(a) presidente da mesa

REGISTRO DE OCORRÊNCIAS (INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO NA PÁGINA ANTERIOR)	
1	Hora
2	Hora
3	Hora
4	Hora
5	Hora
6	Hora
7	Hora
8	Hora
9	Hora
10	Hora
11	Hora
12	Hora
13	Hora
14	Hora
15	Hora
16	Hora
17	Hora
18	Hora
19	Hora
20	Hora
21	Hora
22	Hora
23	Hora
24	Hora
25	Hora
26	Hora
27	Hora
28	Hora
29	Hora

Nesta ata houve rasuras ou emendas? ☐ Não ☐ Sim Linhas ou campos: _____

Nome do(a) presidente da mesa	Data	Horário de término dos trabalhos	Assinatura
-------------------------------	------	----------------------------------	------------

ATA DA MESA RECEPTORA – REGISTRO DE OCORRÊNCIAS (continuação da página 2)			
UF	Município	Zona eleitoral	Seção(ões)
30	Hora		
31	Hora		
32	Hora		
33	Hora		
34	Hora		
35	Hora		
36	Hora		
37	Hora		
38	Hora		
39	Hora		
40	Hora		
41	Hora		
42	Hora		
43	Hora		
44	Hora		
45	Hora		
46	Hora		
47	Hora		
48	Hora		
49	Hora		
50	Hora		
51	Hora		
52	Hora		
53	Hora		
54	Hora		
55	Hora		
56	Hora		
57	Hora		

Nesta ata houve rasuras ou emendas? ☐ Não ☐ Sim Linhas ou campos: _____

Nome do(a) presidente da mesa	Data	Horário de término dos trabalhos	Assinatura

ATA DA MESA RECEPTORA – REGISTRO DE Ocorrências (continuação da página 3)

58	Hora	
59	Hora	
60	Hora	
61	Hora	
62	Hora	
63	Hora	
64	Hora	
65	Hora	
66	Hora	
67	Hora	
68	Hora	
69	Hora	
70	Hora	
71	Hora	
72	Hora	
73	Hora	
74	Hora	
75	Hora	
76	Hora	
77	Hora	
78	Hora	
79	Hora	
80	Hora	
81	Hora	
82	Hora	
83	Hora	
84	Hora	
85	Hora	
86	Hora	

Nesta ata houve rasuras ou emendas? ☐ Não ☐ Sim Linhas ou campos: _____

Nome do(a) presidente da mesa	Data	Horário de término dos trabalhos	Assinatura
-------------------------------	------	----------------------------------	------------

ITEM 3 – GUIA RÁPIDO MESÁRIO

TERMINE POR AQUI

1 Encerre a votação

No terminal do mesário, aperte a tecla CORRIGE, aponte "outras opções" e escolha a item 2 - "Encerrar votação". Se não tiver mais pessoas para votar, digite o número do título da(o) presidente e aperte CONFIRMA.

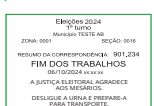


2 Registre a presença das mesárias e dos mesários



3 Siga os passos no terminal do eleitor, desde a emissão dos boletins obrigatórios, retirada da Mídia de Resultado e emissão dos boletins adicionais, até que apareça a mensagem "FIM DOS TRABALHOS".

Lacrar a tampa da Mídia de Resultados (traseira da urna) com o novo lacre assinado pela(o) presidente.



EM CASO DE DÚVIDA, CONSULTE O MANUAL DO MESÁRIO.

Acesse os canais da Justiça Eleitoral na internet:

Portal TSE:

www.jusbrasil.com.br

Canal da Mesária e do Mesário:

www.jusbrasil.com.br/canal-da-mesaria-e-do-mesario

Comunicado eletrônico pelo qual se dá ciência de que os Mesários (GT Mesários) instituído pela Portaria TSE nº 450 de 12 de junho de 2023.

Guia elaborado pela Coordenação de Educação e Publicações do TSE.

Aplicativos Mesário:

Disponível no App Store

Google Play

PROVIDÊNCIAS FINAIS

1 Conclua o preenchimento da ata e colha a assinatura da(o) presidente



2 Guarde a urna na caixa



3 Encaminhe os materiais conforme orientações do cartório eleitoral



4 Fixe uma via do BU assinado na porta da seção

5 Entregue para a(o) presidente uma via do BU para conferir o resultado da seção no site do TSE



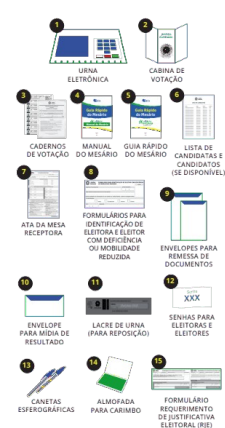
Guia Rápido do Mesário

VOZ DA DEMOCRACIA
ELEIÇÕES 2024

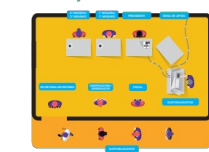
Brasília
TSE
2024

COMECE POR AQUI

1 Confira os materiais da seção



2 Monte a seção eleitoral



Certifique-se de que os dados na tela da urna correspondem à zona e à seção corretas.

Verifique se a urna está funcionando com energia elétrica.

Observe se a cabina de votação está funcionando corretamente.

3 Teste do teclado

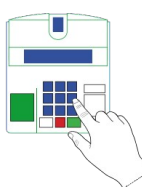
Após ligar a urna, faça o teste de teclado no terminal do eleitor, conforme as instruções na tela da urna. Registre o teste na ata.



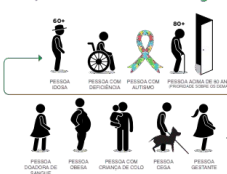
4 Emita a Zerésima e o Resumo da Zerésima (fixe em local visível)



5 Registre a presença das mesárias e dos mesários



6 Organize a fila, conforme prioridades para votar, obedecendo a ordem de chegada.



INICIE A VOTAÇÃO

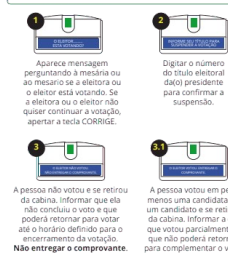
1 Fluxo de votação



Inspeção da cabina e da urna
O terminal do mesário, periodicamente, emite lembretes para verificar se a cabina de votação e a urna permanecem em ordem. Anuncie em voz alta que realizará a inspeção e convide fiscais presentes, as mesárias e os mesários para acompanhar.

2 Suspensão do voto

A votação pode ser suspensa pela(o) presidente em duas situações:
Eleitor ou eleitora é autorizada(a) a votar, não vota e se retira da cabina: realize os procedimentos 1, 2 e 3.
Eleitor ou eleitora é autorizada(a) a votar, não vota para todos os cargos e se retira da cabina: realize os procedimentos 1, 2 e 3.1.



3 Recebimento de justificativa eleitoral



ITEM 4 – CÉDULA PRESIDENTE



1ª TURMA




Justiça Eleitoral

PARA PRESIDENTE

**NOME OU NÚMERO DA CANDIDATA
OU DO CANDIDATO**

77

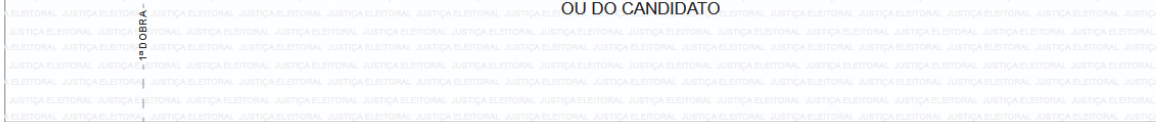
VERSO

F. DOBRA		Z. DOBRA
<hr/> <p>PRESIDENTE</p>		
<hr/> <p>MESÁRIA/MESÁRIO</p>		
<hr/> <p>MESÁRIA/MESÁRIO</p>		

Impressão em preto e branco, frente e verso.

ITEM 5 – CÉDULA GOVERNADOR





Confeccionar em papel opaco AMARELO de 75g/m².
Dimensões: altura 84mm, largura 191mm, largura após a dobra 84mm.

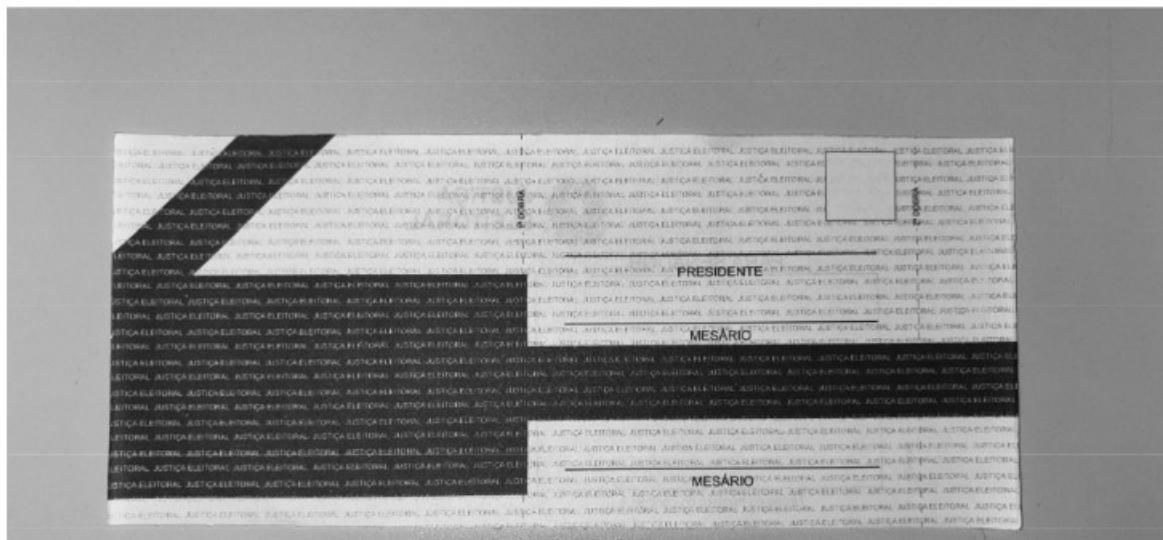
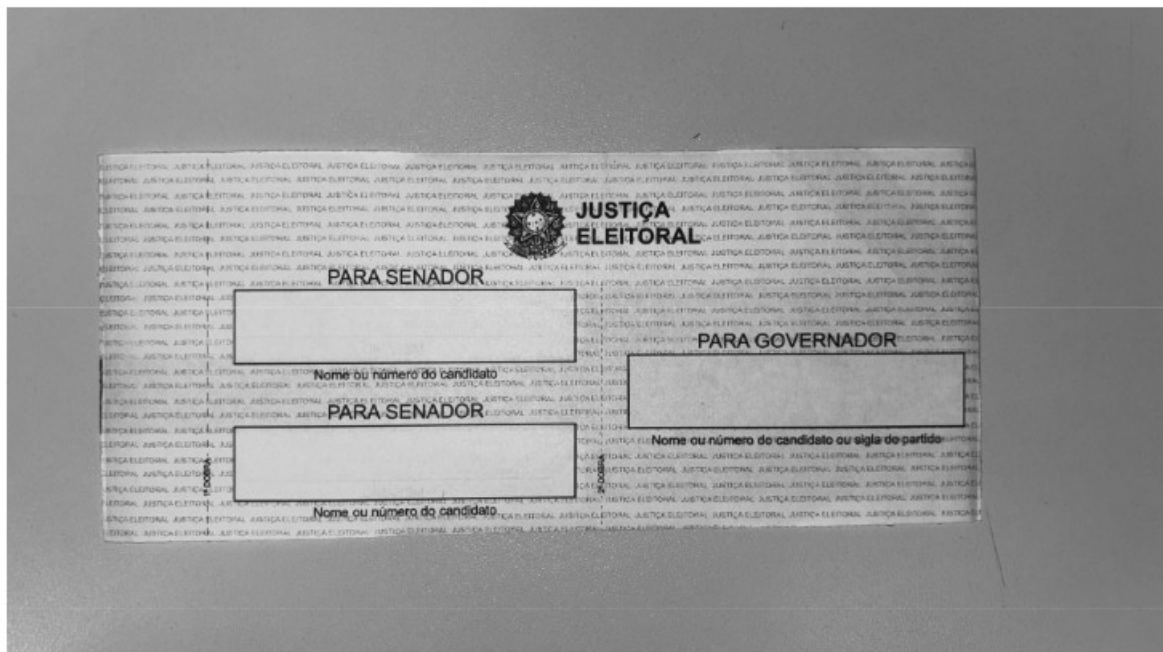
VERSO

<div>1ª DOBRA</div>	<div></div>	<div>2ª DOBRA</div>
	<div>PRESIDENTE</div>	
<div>MESÁRIA/MESÁRIO</div>		
<div>MESÁRIA/MESÁRIO</div>		

Impressão em preto e branco, frente e verso.

ITEM 6 – CÉDULA GOVERNADOR + 2 SENADOR





ITEM 7 – CÉDULA DEPUTADO FEDERAL E ESTADUAL

FRENTE



PARA DEPUTADO ESTADUAL

NOME OU NÚMERO DA CANDIDATA OU DO
CANDIDATO OU SIGLA OU NÚMERO DO PARTIDO

Confeccionar em papel opaco BRANCO de 75g/m².
Dimensões: altura 84mm, largura 191mm, largura após a dobra 84mm.

VERSO

1ª DOBRA		2ª DOBRA
<hr/> <p>PRESIDENTE</p> <hr/> <p>MESÁRIA/MESÁRIO</p>		
<hr/> <p>MESÁRIA/MESÁRIO</p>		

Impressão em preto e branco, frente e verso.

ITEM 8

SERVIÇO ELEITORAL

SENHA

Nº _____

ZONA _____ SEÇÃO _____

SECRETÁRIO DE MESA

Cód. 16000312

ITEM 9 – RECIBO DE ENTREGA E QUITAÇÃO DE MATERIAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
ELEIÇÕES 2014

RECIBO DE ENTREGA E DE QUITAÇÃO
DE MATERIAIS DA ELEIÇÃO

MUNICÍPIO _____ ZONA _____ SEÇÃO _____

RECIBO DE QUITAÇÃO - Recibo o material abaixo discriminado (SERVIDOR):

ALMOFADA/COLCHÃO DE TRAMA	TRUQUE AO VOTO
BALIZADOR E CARGAS	URNA ELETRÔNICA
CABINA	VAL EXISTENTE DO BOLTIN DE URNA (BU)
CEDULAS PROTEGIDAS	
CO-SIGILO PAGO	
CARDIO DE VOTAÇÃO	
PAUTA PLACAR A	
SACOLA DE TECIDO	

Data _____ Hora _____

SIGNATURA DO PRESIDENTE _____ RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO _____

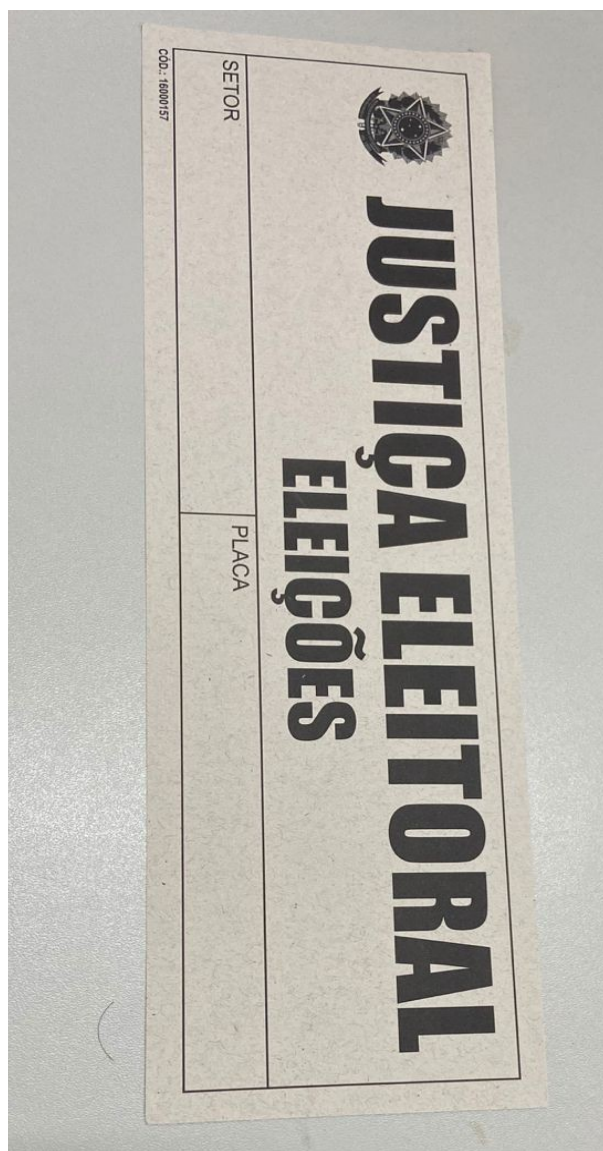
RECIBO DE ENTREGA - Recibo o material abaixo discriminado (MESARIO):

ALMOFADA/COLCHÃO DE TRAMA	PAUTA PLACAR A
BALIZADOR E CARGAS	PAUTA
CABINA	PAUTA DE TECIDO
CEDULAS PROTEGIDAS	RECEBIMENTO
CO-SIGILO PAGO	
CARDIO DE VOTAÇÃO	
PAUTA PLACAR A	
SACOLA DE TECIDO	

Data _____ Hora _____

SIGNATURA DO PRESIDENTE _____ RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO _____

ITEM 10 – FAIXA DA JUSTIÇA ELEITORAL



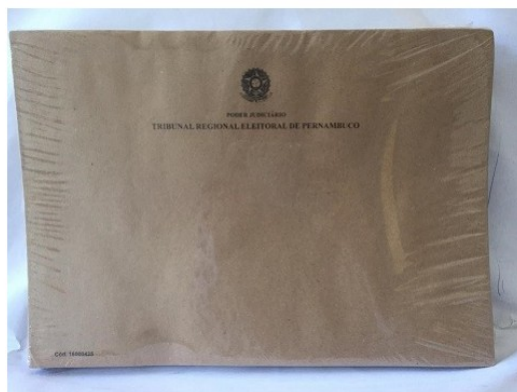
Seção



TRE PERNAMBUCO

375^a

ITEM 12 – ENVELOPE PARDO



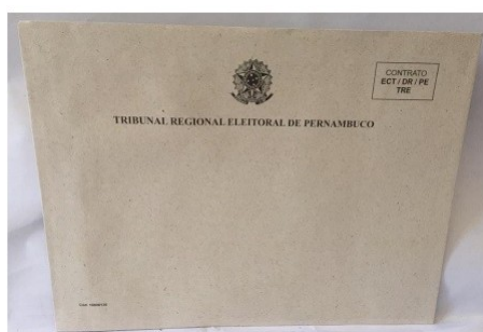
ITEM 13 – ENVELOPE SIMPLES



ITEM 14 – ENVELOPE JANELA



ITEM 15 – ENVELOPE DUPLO OFÍCIO



ITEM 16 – RJE

X – REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL (RJE)

**Justiça Eleitoral**

REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL (RJE)

DATA DA ELEIÇÃO
/ /

TURNO DA ELEIÇÃO
☐ 1º ☐ 2º

NÚMERO DO TÍTULO ELEITORAL

ANO DE NASCIMENTO

A ELEITORA OU O ELEITOR abaixo identificado(s) declara estar AUSENTE DO SEU DOMICÍLIO ELEITORAL e requer o deferimento desta justificativa, nos termos da legislação em vigor.

NOME COMPLETO DA ELEITORA OU DO ELEITOR (IGUAL AO DO TÍTULO ELEITORAL)

ASSINATURA (IGUAL AO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO) OU IMPRESSÃO DIGITAL DA ELEITORA OU DO ELEITOR

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELA MESÁRIA OU PELO MESÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA MESA RECEPTORA

UF
MUNICÍPIO

ZONA

SEÇÃO OU MRU

RUBRICA DA MESÁRIA OU DO MESÁRIO

A justificativa eleitoral não será processada caso os dados estejam incorretos ou ilegíveis.

**Justiça Eleitoral**

REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL (RJE)

DATA DA ELEIÇÃO
/ /

TURNO DA ELEIÇÃO
☐ 1º ☐ 2º

NÚMERO DO TÍTULO ELEITORAL

ANO DE NASCIMENTO

A justificativa eleitoral não será processada caso os dados estejam incorretos ou ilegíveis.

NOME COMPLETO DA ELEITORA OU DO ELEITOR (IGUAL AO DO TÍTULO ELEITORAL)

COMPROVANTE

ADVERTÊNCIA Este requerimento não vale como comprovação de quitação eleitoral.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELA MESÁRIA OU PELO MESÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA MESA RECEPTORA

UF
MUNICÍPIO

ZONA

SEÇÃO OU MRU

RUBRICA DA MESÁRIA OU DO MESÁRIO

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Especificações

- Papel: AP 75g/m2;
- Dimensões: 29,5cm X 8,5cm;
- Impressão: em preto e branco.

ITEM 17 – CRACHÁS IDENTIFICAÇÃO





Zimbra

luisfernando.costa@tre-pe.jus.br

[1º mesário e administrador.jpeg](#)

Crachá 9 x 13 cm em tons de cinza



[2º mesário e presidente.jpeg](#)

ITEM 18

Subitem 18.1 – CARTAZ BOCA DE URNA

**BOCA
DE URNA
É CRIME!**



**VEJA O QUE É PERMITIDO
E O QUE É PROIBIDO**
(LEI Nº 9.504/1997)

Art. 39-A. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, disticos e adesivos (incluído pela Lei nº 12.054/2009).

§ 1º É vedada, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos no caput, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

§ 2º No recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato.

§ 3º Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

§ 4º No dia do pleito, serão afixadas cópias deste artigo em lugares visíveis nas partes interna e externa das seções eleitorais.

www.justicaeleitoral.jus.br
 @TSEJus  @TSEJusbr  @tsejus  justicaeleitoral  @tsejus  @tsejus  @tsejus

**Tribunal Regional Eleitoral**
de Pernambuco

Subitem 18.2 – CARTAZ PROIBIDO CELULAR

**É PROIBIDO
CELULAR NA
CABINE DE
VOTAÇÃO!**

ATENÇÃO!

**É OBRIGATÓRIO
DEIXAR O CELULAR
NO LOCAL INDICADO PELA
MESÁRIA OU MESÁRIO.**

Uso vedado pelo artigo 91-A, parágrafo único, da Lei 9.504/1997.
Código Eleitoral, artigo 312: pena de até 2 anos.


www.justicaeleitoral.jus.br

 @TSEJus  @TSEJusbr  @tsejus  justicaeleitoral  @tsejus  @tsejus  @tsejus


 **Tribunal Regional Eleitoral**
de Pernambuco

Subitem 18.3 – CARTAZ JUSTIFICATIVA

NÃO PODE VOTAR? JUSTIFIQUE



1) NOS DIAS DE ELEIÇÃO - 1º e 2º TURNOS
SÓ PODERÁ JUSTIFICAR QUEM ESTIVER FORA
DE SUA CIDADE (DOMICÍLIO ELEITORAL)




FAÇA PELO CELULAR!

BAIXE O APLICATIVO e-TÍTULO, ACESSE COM OS DADOS
PESSOAIS E REGISTRE A JUSTIFICATIVA


SEM CELULAR? Procure o TRE do seu estado para saber como justificar

2) DEPOIS DE CADA TURNO - ATÉ 60 DIAS APÓS A AUSÊNCIA
É NECESSÁRIO APRESENTAR COMPROVANTE
DO MOTIVO DA AUSÊNCIA




PELO APLICATIVO
e-TÍTULO

ou










ACESSE
JUSTIFICA.TSE.JUS.BR


ou



PROCURE UM
CARTÓRIO
ELEITORAL

www.justicaeleitoral.jus.br

 @TSEJus  @TSEjusbr  @tsejus  justicaeleitoral  @tsejus  @tsejus  @tsejus



Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco

Subitem 18.4 – CARTAZ PASSO A PASSO DA VOTAÇÃO

PASSO A PASSO NA HORA DE VOTAR



AO CHEGAR A SUA SEÇÃO,
APRESENTE UM DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO.
EM FRENTE À URNA, A ORDEM DE VOTAÇÃO É:

PRIMEIRO VOTO Deputada ou Deputado Federal Aqui são 4 dígitos . Confira o nome, a foto e o número. Pressione CONFIRMA ou CORRIGE .	SEGUNDO VOTO Deputada ou Deputado Estadual/Distrital Aqui são 5 dígitos . Confira o nome, a foto e o número. Pressione CONFIRMA ou CORRIGE .	TERCEIRO VOTO Senadora ou Senador Já aqui são 3 dígitos . Confira o nome, a foto e o número. Pressione CONFIRMA ou CORRIGE .	QUARTO VOTO Senadora ou Senador Aqui são 3 dígitos . Confira o nome, a foto e o número. Pressione CONFIRMA ou CORRIGE .
QUINTO VOTO Governadora ou Governador Para este cargo, são 2 dígitos e aparecerá a foto da chapa (pessoa candidata e vice). Confira e pressione CONFIRMA ou CORRIGE .	ÚLTIMO VOTO Presidente Ao colocar os 2 dígitos , aparecerão a foto e os dados da pessoa candidata e vice. Confira e pressione CONFIRMA ou CORRIGE .	Se quiser VOTAR EM BRANCO , para qualquer cargo, pressione a tecla BRANCO e CONFIRMA .	

CONFIRA BEM O SEU VOTO:
Se teclar **CONFIRMA** para um
número inexistente, seu voto será
ANULADO.

Terminou de digitar? Aguarde 1 segundo para o
registro completo do seu voto!
**QUANDO A URNA EMITIR UM SINAL SONORO
MAIS LONGO E A MENSAGEM FIM FOR EXIBIDA
NA TELA, SEU VOTO ESTARÁ CONCLUÍDO**

1º TURNO: 4 DE OUTUBRO, DAS 8H ÀS 17H
2º TURNO: 25 DE OUTUBRO, DAS 8H ÀS 17H
(Horário oficial de Brasília)

www.justicaeleitoral.jus.br

[f @TSEJus](#) [t @TSEJusbr](#) [i @tsejus](#) [v justicaeleitoral](#) [in @tsejus](#) [d @tsejus](#) [s @tsejus](#)



Subitem 18.5 – CARTAZ PROIBIDO PORTAR ARMA



Subitem 18.6 – CARTAZ DOCUMENTOS OFICIAIS

DOCUMENTOS OFICIAIS



Documentos de Identificação para Votar

- e-TÍTULO (Res.: TSE nº 23.659/2021, art. 72)
- Carteira de Identidade (RG - Registro Geral)
- Identidade Social
- Passaporte ou outro documento de valor legal equivalente
- Carteira de Categoria Profissional reconhecida por lei
- Certificado de Reservista
- Carteira de Trabalho (exceto em formato digital)
- Carteira Nacional de Habilitação

§ 1º Os documentos (...) poderão ser aceitos ainda que expirada a data de validade, desde que seja possível comprovar sua identidade.

Documentos NÃO permitidos

- Cópias autenticadas
- Certidão de Nascimento
- Certidão de Casamento
- Carteira de Estudante
- CPF
- Crachá Funcional - outros
- Carteira de trabalho digital (§ 3º do art. 3º da Portaria-MTP nº 671/2021)

ATENÇÃO: Não será admitida cópia autenticada e nem com boletim de ocorrência policial

Título Eleitoral: a apresentação não é obrigatória, mas facilita a identificação e agiliza o acesso à seção de votação.

DOCUMENTOS OFICIAIS em conformidade com o Art. 102 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.736/2024

www.justicaeleitoral.jus.br



@TSEJus



@TSEjusbr



@tsejus



justicaeleitoral



@tsejus



@tsejus



@tsejus



Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco

Subitem 18.7 - CARTAZ PREFERÊNCIA DE VOTO

PREFERÊNCIA PARA VOTAR!



IDOSAS E IDOSOS

COM MAIS DE 80 ANOS DE IDADE
TERÃO PREFERÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE
DO MOMENTO DE SUA CHEGADA.

EM SEGUIDA, CONFORME A CHEGADA:








- Candidatas e candidatos
- Idosas e idosos com 60 anos de idade ou mais
- Gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo
- Pessoas enfermas
- Pessoas obesas
- Pessoas com deficiência e seus acompanhantes
- Juízas e juizes eleitorais e auxiliares, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, promotoras e promotores eleitorais e policiais militares em serviço


APÓS AS DEMAIS PREFERÊNCIAS:

- Pessoas doadoras de sangue *
- * Mediante apresentação de comprovante de doação, com validade de 120 dias.

Art. 100, § 2º a § 5º da Resolução do TSE nº 23.736/2024

www.justicaeleitoral.jus.br

 @TSEJus  @TSEJusbr  @tsejus  justicaeleitoral  @tsejus  @tsejus  @tsejus



Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco

Subitem 18.8 – CARTAZ DISQUE ELEITOR



Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco

Fale Conosco



Disque Eleitor
(81) 31949400

Esclareça dúvidas sobre:

- Multa
- Inscrição
- Justificativa
- Transparência
- Locais de votação
- Quitação eleitoral
- Número do título
- Situação eleitoral
- 2ª Via do título



@JuliaTREbot

Eu sou Júlia, a assistente
virtual. Posso te ajudar?



Ouvidoria
TRE-PE

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Av. Gov. Agamenon Magalhães, nº 1.160, Graças, Recife/PE
ouvidoria@tre-pejus.br ☎ 0800-081-2570

ITEM 19

Subitem 19.1 – CARTAZ DEIXE AQUI SEU CELULAR



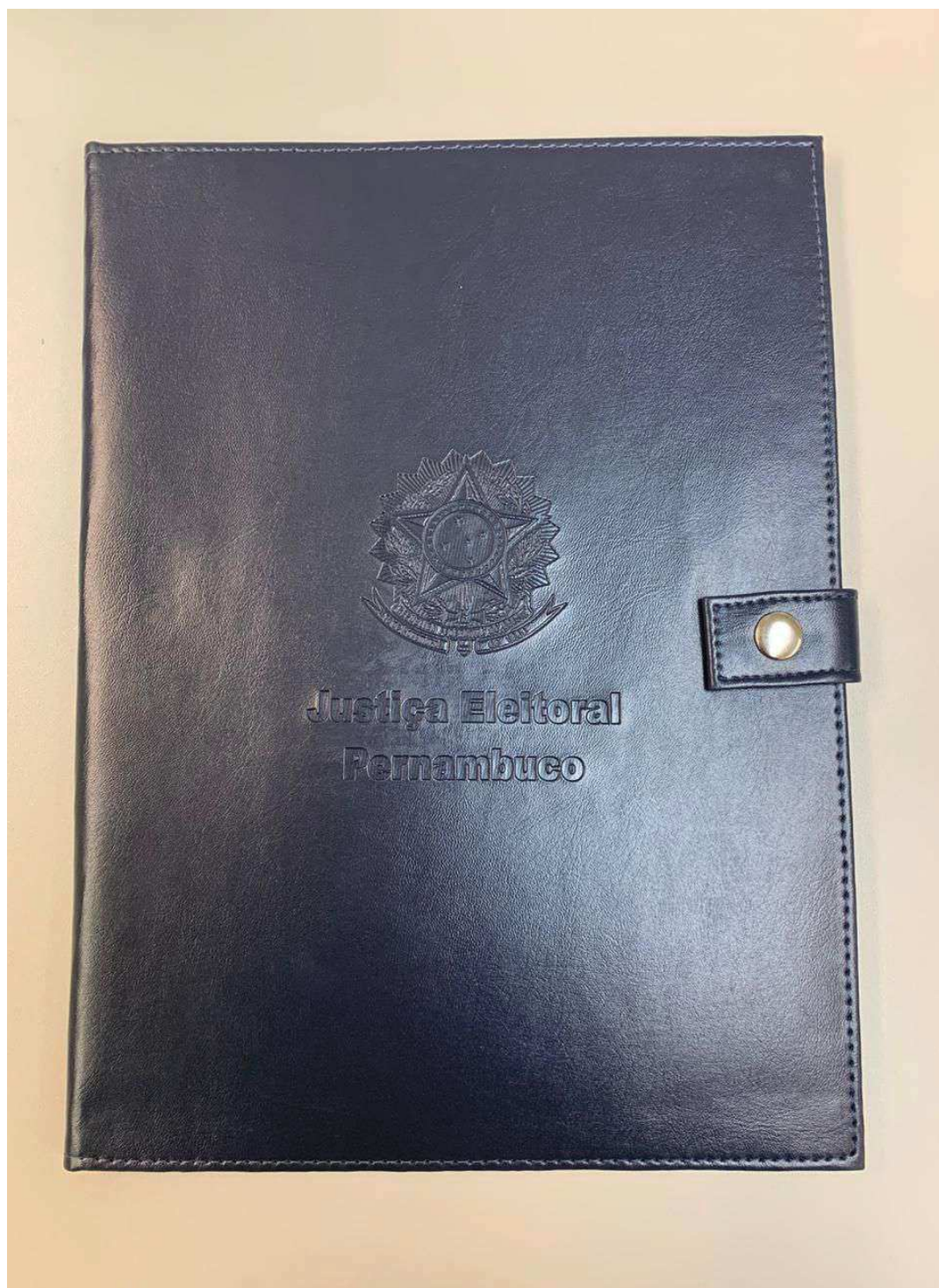
Seção

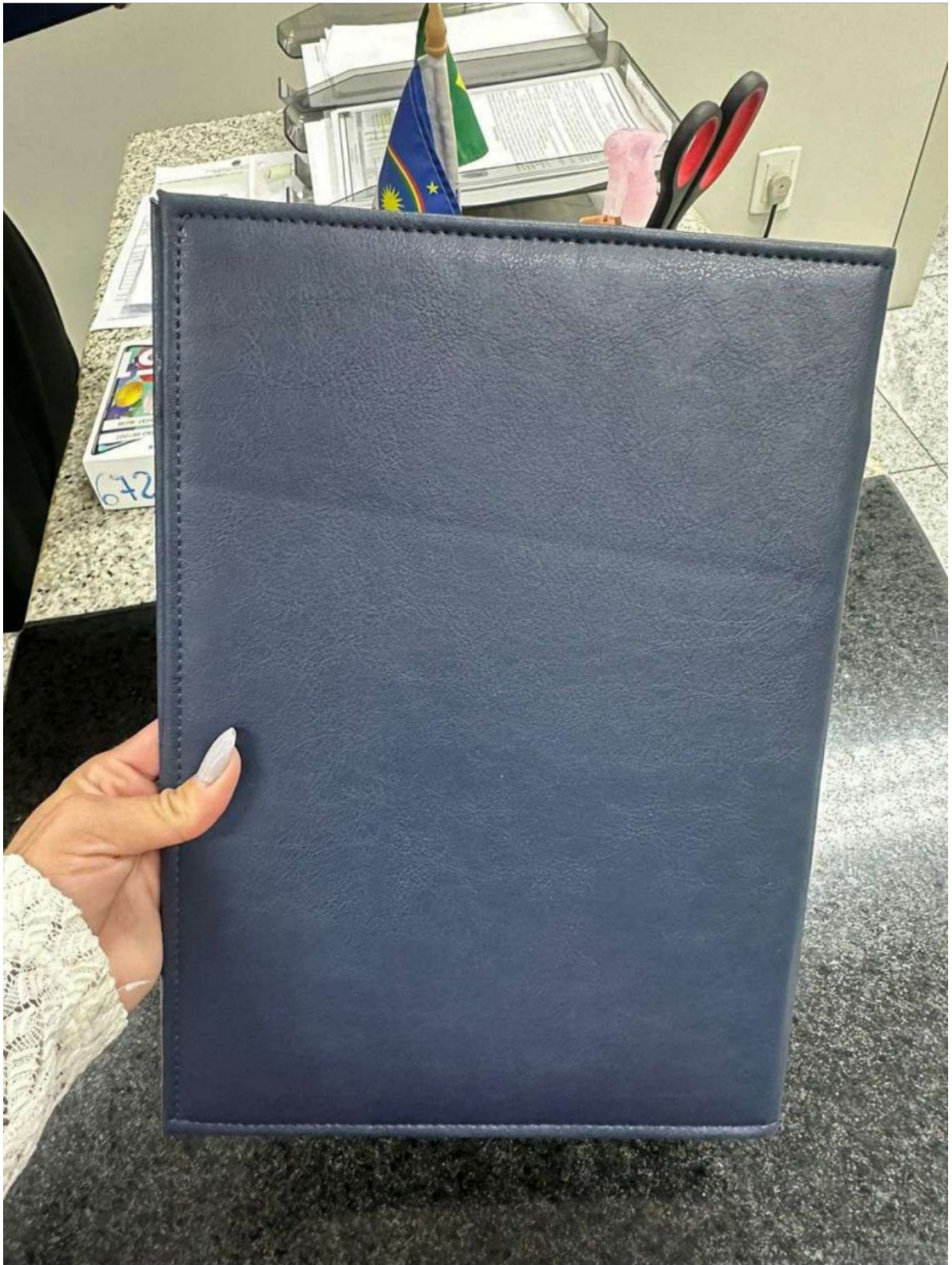


TRE PERNAMBUCO

a

ITEM 20 – PORTA DIPLOMA





**Medalha Pernambucana
do Mérito Policial Militar**
Decreto Nº 3.571 de 11 de junho de 1975

Diploma
A Governadora do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, houve por bem conceder ao
Srª Bernadette Cavalcanti de Carvalho Lyra
A Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, através do
Ato nº 3898, de 10 de junho de 2024
E, para constar, mando expedir o presente Diploma, que vai por mim assinado e selado com as Armas do Estado.



[Assinatura]
Ivanildo César Torres de Medeiros — Cel PM
Comandante Geral



**Medalha Pernambucana
do Mérito Policial Militar**

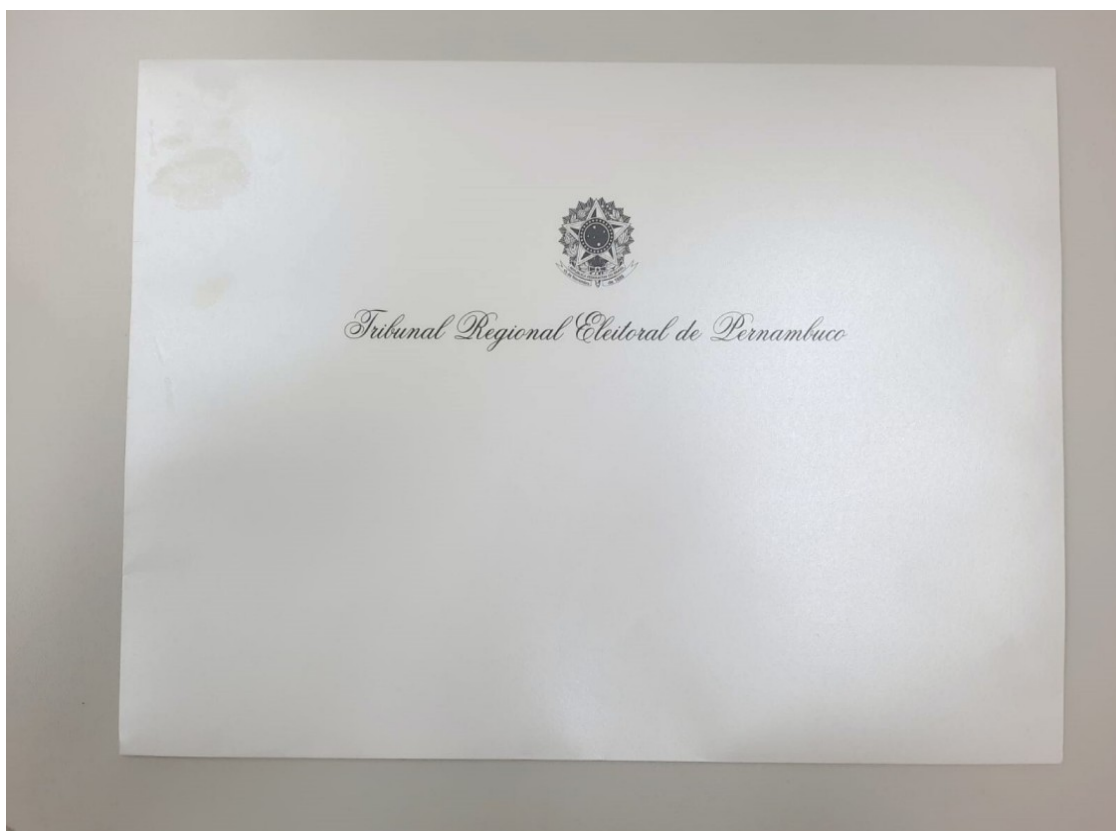
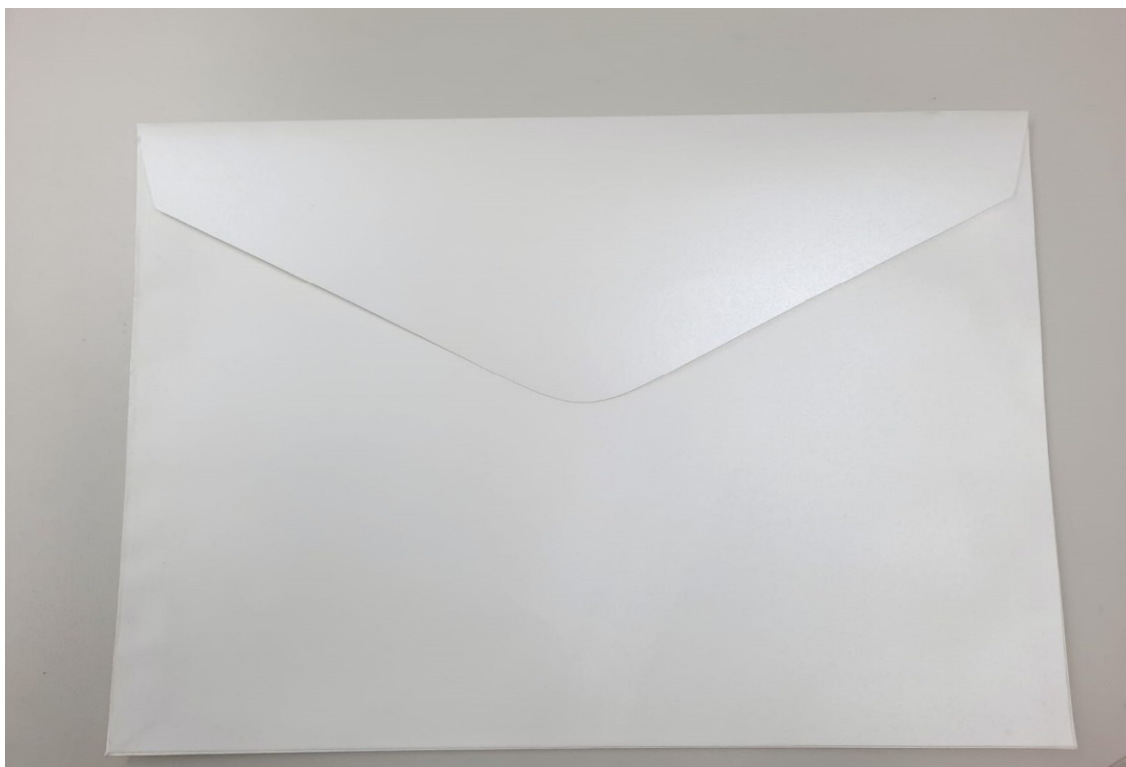
Histórico

A Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar (MPMPM) foi criada através do Decreto Estadual Nº 3.571 de 05 de Junho de 1975, com base no inciso II, do Art. 69 da Constituição do Estado de Pernambuco, sendo uma forma de reconhecimento público por parte do Estado aos Policiais Militares considerados destaques dentre seus pares, e também às personalidades, autoridades militares e civis, instituições públicas e entidades privadas, que prestaram relevantes serviços à segurança pública e colaboraram efetivamente com as ações da Polícia Militar de Pernambuco.

A Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar constitui-se na mais alta condecoração da PMPE, sendo a sua outorga concedida por Ato da Governadora do Estado, mediante proposta do Comandante Geral da Corporação.



ITEM 21 – ENVELOPE PARA ACONDICIONAMENTO DE DIPLOMAS









ITEM 22 – CARTAZES



**CARTÓRIO DA
83ª
ZONA ELEITORAL
Petrolina**



Recomendações para a sala de preparação de urnas

-  Evite se alimentar na bancada de trabalho.
-  Use o celular apenas para atividades relacionadas ao serviço.
-  Guarde na UE o comprovante de carga e entregue ao cartório o extrato de carga.
-  Descarte os demais papéis da UE no saco da bancada, salvo orientação distinta do cartório.
-  Em caso de dúvida, chame o supervisor da bancada ou o Suporte Tecnológico.
-  Ajude a manter o silêncio na sala.

Contamos com você para manter um ambiente organizado e produtivo.

Agradecemos sua colaboração e desejamos um excelente trabalho!

ITEM 23 – PLACAS

